

A região está evoluindo. Nós também.



Destaques financeiros

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

<i>Em milhares de US\$</i>	2015	2014	2013	2012	2011
Demonstração do resultado					
Total das receitas	56.897	61.340	68.342	63.359	55.527
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	47.454	48.860	51.979	46.186	41.545
Total das despesas operacionais	49.261	34.799	42.381	40.200	33.090
Resultado	3.002	13.334	19.206	5.560	10.305
Balanco patrimonial					
Empréstimos e participações societárias, líquido	954.002	1.004.437	1.005.655	1.040.902	975.383
Total do ativo	1.505.296	1.988.846	1.786.805	1.814.513	1.482.864
Captações e dívida de longo prazo	598.456	1.098.601	903.502	969.358	658.504
Patrimônio líquido	857.324	845.137	851.826	778.580	777.746
Índices					
Rendimento sobre o ativo médio	0,2%	0,7%	1,1%	0,3%	0,7%
Rendimento sobre o patrimônio líquido médio	0,0%	0,0%	2,4%	0,7%	1,3%
Endividamento/patrimônio líquido	112%	118%	106%	125%	85%
Patrimônio líquido/ativo	57%	42%	48%	43%	52%
Liquidez/total do ativo	32%	46%	40%	42%	33%
Despesa administrativa/ativo médio relacionado ao desenvolvimento	4,3%	3,3%	3,9%	3,8%	3,5%

Destaques operacionais

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

<i>Em milhares de US\$</i>	2015	2014	2013	2012	2011
Aprovações					
Número de projetos	79	64	71	73	71
Número de países	18	17	18	16	18
Volume de aprovações	346.356	426.303	415.423	378.930	464.681
Mobilização de recursos	166.022	693.250	197.480	384.400	471.637
Desembolsos					
Volume de desembolso	317.503	381.012	313.629	371.599	442.703
Volume de mobilização	292.382	273.254	88.730	324.191	547.814
Carteira de investimentos					
Número de projetos	229	229	228	222	209
Carteira de ativos relacionados ao desenvolvimento em aberto	990.748	1.052.868	1.052.711	1.088.316	1.020.349
Provisão para perdas	36.746	47.895	47.056	47.414	44.966
Ativos com redução do valor recuperável	10.039	16.969	17.452	10.557	9.892
Cobertura de ativos com redução do valor recuperável	366%	282%	270%	449%	455%
Porcentagem de empréstimos inadimplidos	1,0%	2,3%	2,2%	0,7%	1,6%
Assistência técnica					
Aprovações de doadores	4.505	3.755	5.941	9.335	4.417
Número de atividades de assistência técnica realizadas	509	588	250	236	204
Beneficiários	1.624	2.238	1.681	1.511	1.725



Sumário

CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS RELATÓRIO ANUAL 2015

Carta de envio.....	2
Carta do Gerente Geral.....	3
A região está evoluindo. Nós também.....	4
30 anos de experiência.....	7
Resumo de 2015.....	16
Nossa governança institucional.....	24



Luis Alberto Moreno

*Presidente
Diretoria Executiva*

CARTA DE ENVIO

Presidente da Assembleia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o disposto no Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual de 2015 da Corporação e as demonstrações financeiras auditadas, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as respectivas demonstrações referentes aos exercícios encerrados naquelas datas.

O ano de 2015 foi decisivo para a Corporação, pois ela embarcou em uma jornada de mudanças profundas após a decisão dos seus Governadores e dos Governadores do BID de reorganizar as atividades do Grupo BID com o setor privado em uma única instituição.

Desde 1º de janeiro de 2016, a CII vem operando com um mandato ampliado, tirando partido de três décadas de experiência e conhecimento do setor privado acumuladas pelo Grupo BID. A nova Corporação oferece um único ponto de entrada por meio do qual as empresas privadas e estatais podem ter acesso a uma ampla gama de produtos e serviços para crescer de maneira sustentável.

Como parte dessa decisão, os Governadores chegaram a um acordo para aumentar o capital da Corporação em US\$ 2,03 bilhões, na forma de novos aportes por parte dos seus países membros (US\$ 1,305 bilhão) e de capital a ser transferido pelo BID em nome dos seus países membros (US\$ 725 milhões).

O cumprimento do mandato dos Governadores tem exigido trabalho e dedicação de muitas pessoas de todas as áreas do Grupo BID, e é graças a esses incansáveis esforços que a CII, após esse realinhamento, surge mais forte, mais eficiente e mais bem preparada do que nunca para suprir as crescentes necessidades das empresas de toda a América Latina e Caribe.

Em 2015, o Grupo BID conseguiu concentrar seu foco e adaptar-se à rápida evolução das circunstâncias nos países. Esse espírito de renovação se reflete na nova estrutura organizacional da CII e na sua nova equipe diretiva, sob o comando de James Scriven, que assumiu a Gerência Geral em novembro de 2015.

Como Grupo, essa visão renovada das nossas atividades com o setor privado aumentará nossa capacidade de melhorar e ampliar o apoio às empresas que ajudam a gerar riqueza, emprego e desenvolvimento em toda a região. Para levar à frente essa missão, a CII aproveitará seu acervo de experiências e continuará a evoluir na busca de atender cada vez melhor seus clientes.

Atenciosamente,

Luis Alberto Moreno
*Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos*



James P. Scriven

Gerente Geral

CARTA DO GERENTE GERAL

Este relatório anual registra as conquistas da Corporação Interamericana de Investimentos (CII) no ano do seu trigésimo aniversário. Em 2015, o Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realinhou suas atividades com o setor privado e, na virada do ano, estabeleceu a Corporação como seu único ponto de contato para as empresas públicas e privadas do México até o Chile. Ao iniciarmos esta nova era da nossa história institucional, é uma enorme honra assumir o compromisso de liderar a Corporação.

A América Latina e o Caribe são hoje uma região muito diferente da que era quando a Corporação foi fundada há mais de três décadas. Embora muitos desafios ainda persistam, a região deu passos importantes rumo ao desenvolvimento econômico e social. Milhões de pessoas saíram da pobreza e a região construiu um alicerce sólido sobre o qual continuará a crescer.

Como espinha dorsal da economia, o setor privado desempenha um papel fundamental nesses avanços. As empresas privadas criam a maioria dos empregos na região, e a experiência já nos ensinou que a Corporação pode ser uma força importante para impulsionar esse crescimento.

Mais do que nunca, nossa nova visão posiciona os clientes no centro das nossas atividades, ao oferecer-lhes produtos e serviços sob medida e alavancar, de forma eficaz, nosso vigor financeiro renovado e nossos conhecimentos técnicos no intuito de nos transformarmos no parceiro preferencial da região.

Como parte dessa estratégia, vamos ampliar nossa presença em campo para estreitar nossa cooperação com parceiros e clientes e nos mantermos em sintonia com as suas necessidades em constante evolução. Além disso, continuaremos forjando uma cultura institucional que combine o dinamismo e a agilidade com a ambição necessária para levar a cabo projetos ainda maiores do que os que executamos até o momento.

Em 2016, voltaremos nossa atenção para áreas fundamentais em que sabemos que podemos gerar o máximo de impacto, como o agronegócio, a energia, os transportes e as instituições financeiras. Ademais, alavancaremos o conhecimento e as melhores práticas do setor público do Grupo BID e tiraremos partido de lições extraídas fora da região para criar uma instituição inovadora e motivada pelo desejo de servir seus clientes.

Embarcamos nesta nova jornada determinados a produzir crescimento econômico sustentável para as empresas da América Latina e Caribe. As conquistas obtidas pela nossa região ao longo dos últimos trinta anos são testemunho da dedicação e resiliência das empresas que impulsionam suas economias. Como instituição de desenvolvimento, a Corporação continuará a apoiá-las em cada passo.

James P. Scriven

Gerente Geral

Corporação Interamericana de Investimentos

A região está evoluindo. Nós também.

O setor privado desempenha um papel crucial para impulsionar o desenvolvimento econômico e a criação de oportunidades para milhões de pessoas na América Latina e Caribe. Trata-se de um poderoso veículo para gerar empregos, aliviar a pobreza e promover a inclusão social, bem como uma fonte de soluções inovadoras para alguns dos mais complexos desafios ao desenvolvimento da região.

Ao longo dos anos, o Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), composto pelo BID, pela Corporação Interamericana de Investimentos (CII ou Corporação) e pelo Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), acumulou ampla experiência no setor privado, trabalhando com uma diversidade de clientes que abrange desde organizações da sociedade civil e empresas locais até grandes corporações, intermediários financeiros e empresas estatais.

Como membro do Grupo BID, a Corporação tem estado na vanguarda do desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe, promovendo o crescimento sustentável por meio de uma combinação única de produtos e serviços financeiros e não financeiros para a região.

Com o objetivo de tirar proveito do conjunto de experiências do Grupo BID com o setor privado e as empresas estatais, uma decisão histórica foi tomada em março de 2015. As Assembleias de Governadores do BID e da Corporação chegaram a um acordo para reorganizar as atividades sem garantia soberana na Corporação, com o intuito de maximizar o impacto no desenvolvimento na região e oferecer serviços mais abrangentes aos clientes.

A reorganização das atividades sem garantia soberana do Grupo BID aumenta o grau de eficiência administrativa e proporciona uma maior integração do planejamento e coordenação em todas as operações do Grupo com os setores público e privado. Assim, tem-se um único ponto de acesso à completa gama de produtos e serviços que o Grupo oferece, acompanhado de um processamento agilizado dos projetos e uma supervisão rigorosa, a fim de assegurar padrões e qualidade uniformes.

A Assembleia de Governadores também aprovou um aumento de capital de US\$ 2,03 bilhões para a Corporação, destinado a reforçar seu vigor financeiro e assegurar níveis substanciais de empréstimos.

A partir de 2016, a Corporação passa a contar com uma nova estrutura organizacional que reflete o realinhamento do seu enfoque operacional, voltado para áreas de negócios prioritárias, sob a liderança de um novo gerente geral e uma nova equipe administrativa.

O Grupo BID emerge dessa reorganização mais determinado do que nunca no seu compromisso de promover o desenvolvimento por meio do setor privado na América Latina e Caribe. A mudança significativa por que passou em 2015 foi um exemplo irrefutável da capacidade da Corporação para se adaptar a um novo ambiente e à evolução das necessidades dos seus clientes. À medida que essas necessidades evoluírem, a Corporação continuará a fazer o mesmo.





30 anos de experiência

Ao longo de 30 anos, a Corporação tem sido um parceiro estratégico para a América Latina e o Caribe, promovendo o desenvolvimento econômico e inclusivo por meio do estabelecimento, expansão e modernização das empresas do setor privado.

A Corporação, em sintonia com a região, tem desenvolvido soluções criativas em resposta, e procurando se antecipar às necessidades dos seus clientes em uma conjuntura econômica altamente dinâmica. Concentrando seu apoio nos setores e áreas que enfrentam mais dificuldades para obter financiamento, a Corporação vem acrescentando novos produtos e serviços continuamente ao seu pacote original de assistência financeira, estendendo seu alcance por meio de parcerias estratégicas para permitir que as PMEs cresçam, sejam mais sustentáveis e obtenham acesso a mercados financeiros formais.

Desde a sua criação em 1985, a Corporação aprovou mais de US\$ 6 bilhões em empréstimos, garantias e investimentos de capital, por meio de mais de 1.000 operações. Outros US\$ 3,9 bilhões foram mobilizados por meio de empréstimos sindicalizados e operações de financiamento conjunto, alavancando seus recursos para ampliar seu impacto no desenvolvimento da região.

À medida que as necessidades dos clientes foram se tornando cada vez mais complexas, a Corporação ampliou sua gama de produtos não financeiros, criando o FINPYME, sua linha de serviços de assessoria e capacitação, para ajudar as empresas a aumentar sua resiliência e competitividade. Ao longo dos anos, mais de 11.000 empresas foram beneficiadas pelos serviços não financeiros da Corporação, otimizando suas práticas de governança corporativa, reforçando suas estratégias de exportação e estimulando sua eficiência energética.

A Corporação continua a ampliar o alcance dos seus serviços de assessoria e capacitação e recentemente criou uma série de cursos online que puseram décadas de experiência no desenvolvimento à disposição de empresas por meio da internet. Esses cursos já atraíram quase 11.900 participantes até o momento.

Na tentativa de difundir seus conhecimentos técnicos mais amplamente, a Corporação lançou o app do FINPYME em 2015. Esse aplicativo para telefones móveis ajuda os donos de empresas e executivos a aumentar a competitividade das suas companhias mediante uma série de calculadoras e ferramentas de avaliação rápida. Mais de 3.000 usuários baixaram o app no seu primeiro ano e mais de 600 concluíram pelo menos uma das avaliações disponíveis.

Além disso, em setembro de 2015, a Corporação inaugurou seu primeiro FINPYME *Forum*, um fórum em que profissionais do setor bancário, provedores de tecnologia financeira, empresas do setor privado e outros agentes importantes se reuniram para discutir o que fazer para que um maior número de PMEs possa ter acesso a serviços financeiros por meio da tecnologia. Mais de 450 participantes de 42 países compareceram ao evento em Medellín, Colômbia.

Ao comemorar seu trigésimo aniversário, a Corporação continuará a tirar partido da experiência do Grupo BID para promover o progresso econômico e social na América Latina e Caribe.

Em 2016, a Corporação começa a escrever um novo capítulo da sua história institucional, operando segundo um mandato mais amplo para atender a gama completa de empresas privadas e estatais da região. Ao ingressar nessa nova era, continuaremos a buscar maneiras de aumentar nosso impacto no desenvolvimento da região.

1985 Vinte e um países firmam o Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, com um capital de US\$ 200 milhões e o objetivo de criar uma instituição multilateral para apoiar o desenvolvimento da América Latina e Caribe por meio do setor privado.

1985



1989 A Corporação aprova seus primeiros projetos, com destaque para US\$ 2 milhões em investimentos na empresa brasileira Capital de Risco S.A., e um empréstimo de longo prazo de US\$ 1 milhão para ajudar a Terminal 6, uma administradora portuária argentina, a dobrar sua capacidade de armazenamento.

1989



Evoluindo

2006 Lançamento da Linha de Crédito Rotativo para Pequenas Empresas (SBRL, na sigla inglesa). Agora denominada FINPYME *Credit*, permite à Corporação conceder empréstimos de US\$ 100.000 a US\$ 600.000 seguindo um procedimento agilizado. O Instituto Cultural Anglo Uruguio é a primeira entidade a receber um empréstimo no âmbito desse novo programa, destinando os recursos para a construção de uma escola de ensino médio em Montevideú. Até hoje, a Corporação já aprovou mais de US\$ 28 milhões por meio do FINPYME *Credit*, beneficiando diretamente mais de 100 PMEs na região.

2006



2012

AAA

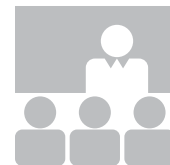
2012 A Fitch Ratings atribui à Corporação a nota de crédito AAA, destacando seus elevados níveis de suficiência de capital e a sustentabilidade financeira das suas operações. Além disso, a Corporação emite um título de US\$ 350 milhões, sua primeira colocação como parte de um programa internacional de emissões de médio prazo. O título foi rapidamente absorvido e atingiu uma posição de excesso de demanda quase imediatamente.

1993 Um empréstimo preferencial de US\$ 5 milhões e um empréstimo subordinado de US\$ 1 milhão financiam a construção do primeiro projeto privado de geração de eletricidade na Costa Rica. Até hoje, a Corporação já investiu quase US\$ 240 milhões em projetos de energias renováveis, com uma capacidade instalada de mais de 530 MW em toda a região.

1993

1999 A Corporação organiza seu primeiro curso de capacitação ambiental para instituições financeiras. O evento, mais tarde denominado Semana da Sustentabilidade da Corporação, atraiu mais de 700 participantes de 270 bancos ao longo dos anos.

1999



2000 A Corporação lança o FINPYME, uma gama de serviços de assessoria para que as empresas possam ganhar competitividade, aumentar sua eficiência energética, reforçar sua governança e melhorar seu perfil exportador. Até hoje, a Corporação já ofereceu US\$ 14,3 milhões em assistência técnica, beneficiando mais de 11.000 PMEs no âmbito dessa iniciativa.

2000

2005



2005 A Corporação coloca seu primeiro título em moeda local na Bolsa de Valores da Colômbia, levantando 150 bilhões de pesos colombianos (aproximadamente US\$ 65 milhões). Os recursos provenientes da emissão são empregados para financiar empréstimos em moeda local a cinco empresas de leasing, beneficiando 1.000 PMEs. É a primeira vez em que a renda desse tipo de operação por parte de um organismo multilateral é reinvestida na economia local.

2015

2015 As Assembleias de Governadores do BID e da Corporação chegam a um acordo para reorganizar as atividades sem garantia soberana do Grupo BID na Corporação. Após essa reorganização, a Corporação oferece um único ponto de acesso a todos os produtos e serviços disponíveis para as empresas privadas e estatais em toda a região. James P. Scriven é nomeado gerente geral para dirigir a CII com esse mandato ampliado.



Divisa Solar 10MW S.A. está construindo a primeira usina fotovoltaica privada do Panamá que fornecerá ao mercado atacadista de eletricidade do país.

divisasolar

10 MW

US\$ 240 milhões

A Corporação destinou cerca de US\$ 240 milhões a projetos de energia renovável desde 1993.

3.000 domicílios

A usina solar abastecerá mais de 3.000 domicílios panamenhos.



Até 2030, se estima que a América Latina e o Caribe precisem dobrar sua capacidade energética para conseguir fazer face à sua crescente demanda. Embora isso represente um desafio considerável, também constitui uma tremenda oportunidade, pois a região dispõe de vastos recursos energéticos renováveis. De fato, estudos apontam que, se toda a gama de fontes renováveis da região for explorada, ela poderia alcançar uma capacidade máxima combinada próxima a sete vezes a de todas as usinas elétricas do mundo.

Para aproveitar esse potencial, a Corporação já destinou cerca de US\$ 240 milhões a projetos de energia renovável desde 1993, financiando o desenvolvimento e a construção de usinas elétricas com uma capacidade instalada superior a 530 MW de energia limpa.

A maior parte dos projetos de energia renovável da Corporação consiste em usinas hidrelétricas de pequena escala, representando 55% da capacidade instalada total. Os projetos de biomassa e energia eólica somam 30% do total.

Em 2015, a Corporação aprovou quatro projetos de energia renovável, perfazendo um total de US\$ 27,89 milhões. Além disso, ingressou em um novo segmento ao apoiar sua primeira transação no setor da energia solar. O empréstimo de US\$ 11,9 milhões financiado pela Corporação e pelo Fundo Climático Canadense para o Setor Privado das Américas apoia a Divisa Solar 10MW S.A. na construção da primeira usina fotovoltaica privada do Panamá para fornecer ao mercado atacadista de eletricidade do país.

Localizada na província de Coclé, no centro do Panamá, se estima que essa usina de 9,9 MW gerará eletricidade suficiente para suprir as necessidades de energia anuais de mais de 3.000 domicílios.

Além de oferecer financiamento, a Corporação ajudou a empresa a criar um programa de estágio para estudantes de engenharia do sexo feminino, promovendo a crescente inclusão da mulher em um mercado que costuma ser restrito aos homens. Até quatro alunas de universidades locais receberam formação nesse programa a cada ano. Recentemente, uma das estagiárias foi contratada pela Divisa Solar para trabalhar em período integral.

Apesar de sua localização privilegiada no “cinturão solar” da América Latina, o Panamá supre a maior parte da sua demanda elétrica por meio de centrais hidrelétricas e termelétricas, o que o deixa vulnerável durante os períodos de estiagem e de alta dos preços do petróleo. A energia fotovoltaica pode oferecer uma solução sustentável em termos de geração de energia. A América Latina e o Caribe já estão na vanguarda desse segmento: em 2014, a região instalou 625 MW de capacidade fotovoltaica, um aumento de 370% em relação a 2013.

Para promover ainda mais a expansão do setor, a Corporação aprovou outra operação de energia solar em El Salvador. Localizado no departamento La Libertad, o Parque Solar Cangrejera deve começar a operar no início de 2016, gerando eletricidade suficiente para abastecer mais de 2.800 domicílios salvadorenos.



A Incofin foi uma das primeiras instituições financeiras a receber financiamento do IFIP.

The logo for Incofin, featuring the word "incofin" in a lowercase, sans-serif font. The "inco" part is white and set against a grey rectangular background, while the "fin" part is white and set against a red rectangular background.

Servicios Financieros

3.200

Desde 2004, a Corporação já apoiou mais de 3.200 PMEs chilenas por meio de operações de factoring.

US\$ 88,2 milhões

Entre 2012 e 2015, a Corporação aprovou US\$ 88,2 milhões para operações de factoring.

IFIP

Em 2015 a Corporação aprovou seu Programa de Financiamento a Pequenos Intermediários Financeiros (IFIP).

A alavancagem das extensas redes de clientes de instituições financeiras locais tem se mostrado uma maneira eficaz de ajudar as numerosas PMEs da região que enfrentam dificuldades em obter acesso a financiamento essencial.

Esses pequenos intermediários financeiros têm demonstrado sua importância ao ampliar o acesso a financiamento, pois costumam complementar os serviços oferecidos tradicionalmente pelo setor bancário com produtos financeiros inovadores que abrangem o leasing, factoring e microfinanciamento. Entre 2012 e 2015, a Corporação aprovou US\$ 88,2 milhões apenas para operações de factoring.

Um dos clientes da Corporação no setor de factoring é a Incofin, uma instituição financeira chilena que obteve seu primeiro crédito da Corporação, no montante de US\$ 3 milhões, em 2014. A Incofin adquire contas a receber de PMEs locais e lhes oferece dinheiro à vista, ajudando-as a preservar sua liquidez. Desde 2004, a Corporação já apoiou mais de 3.200 PMEs chilenas por meio de operações de factoring semelhantes.

Na tentativa de ampliar seu apoio a pequenas instituições financeiras como a Incofin, em 2015 a Corporação aprovou seu Programa de Financiamento a Pequenos Intermediários Financeiros (IFIP, na sigla inglesa). Esse novo programa ajuda instituições financeiras de pequeno e médio porte a diversificar suas fontes de financiamento por meio de empréstimos de médio e longo prazo, empréstimos subordinados e garantias de crédito.

O IFIP oferece financiamento a intermediários financeiros regulamentados e não regulamentados, muitos dos quais enfrentam grandes dificuldades para conseguir financiamento suficiente nos seus mercados locais. O programa oferece o benefício de um processo de aprovação abreviado na CII que agiliza a autorização de empréstimos e reduz o prazo de processamento, resultando em uma média de dois meses por decisão de crédito.

Os recursos são concedidos a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) para bens de capital ou financiamento de capital de giro. Além disso, também podem ser usados para financiar empréstimos imobiliários para moradias de baixa e média renda.

Desde que o IFIP foi lançado no início de 2015, a Corporação aprovou 10 empréstimos nesse novo programa, perfazendo um total de US\$ 32,5 milhões. A expectativa é que esses créditos gerem milhares de transações com MPMEs.

A Incofin foi uma das primeiras instituições financeiras a receber financiamento do IFIP. Um empréstimo de US\$ 4,5 milhões aprovado para a Incofin em 2015 deve apoiar mais de 250 PMEs chilenas, facilitando o acesso, no momento certo, a recursos extremamente necessários.



Nas Bahamas, estima-se que 90% das empresas registradas sejam PMEs. Muitas delas enfrentam desafios consideráveis na hora de obter acesso a crédito e a serviços de desenvolvimento empresarial. Segundo um estudo do BID, menos da metade das PMEs das Bahamas conseguem obter crédito de bancos comerciais.

Devido ao risco relativamente maior envolvido na concessão de empréstimos a pequenas empresas, o setor financeiro local prefere trabalhar com empresas de maior porte, pois sabe que elas dispõem de um grande volume de garantias para obter financiamento.

A Kenuth's Electric Company Ltd. é uma das pequenas empresas afetadas pela relativa escassez de produtos na forma de empréstimos. Com sede em Nassau, ela oferece serviços elétricos e de encanamento a empresas locais e mantém duas lojas de ferragens na capital do país.

No momento em que a empresa decidiu expandir um dos seus estabelecimentos, não conseguiu obter financiamento no mercado local. Essa empresa familiar era pequena demais para obter crédito em condições favoráveis no sistema bancário das Bahamas e os prazos dos empréstimos disponíveis eram excessivamente curtos para a empresa crescer de forma sustentável.

Em 2015, a Corporação aprovou um empréstimo de US\$ 500.000 para a Kenuth's Electric, que a empresa está usando para comprar um terreno adjacente a

uma das suas lojas, com o intuito de ampliar o imóvel. A empresa espera concluir a construção em 2016.

O empréstimo foi concedido ao abrigo do FINPYME *Credit*, um programa concebido especificamente pela Corporação para as PMEs que buscam financiamento de pequena escala entre US\$ 100.000 e US\$ 600.000. Para se habilitar, as empresas precisam satisfazer critérios padronizados, o que ajuda a reduzir os custos de transação.

Os empréstimos do FINPYME *Credit* usam um processo de aprovação agilizado, concebido com a finalidade de minimizar custos e oferecer uma resposta rápida às necessidades financeiras das PMEs. Isso permite à Corporação operar diretamente nos mercados de menor porte, em que as empresas maiores são atendidas por bancos comerciais, mas as PMEs ficam para trás.

Disponível em 17 das economias mais vulneráveis da região, o FINPYME *Credit* beneficiou diretamente mais de 100 PMEs desde 2006. Um total de US\$ 28,5 milhões já foi aprovado no âmbito do programa.

Mais de 100

O FINPYME *Credit* beneficiou diretamente mais de 100 PMEs desde 2006.

US\$ 28,5 milhões

Um total de US\$ 28,5 milhões já foi aprovado no âmbito do programa FINPYME *Credit*.

17

FINPYME *Credit* está disponível em 17 das economias mais vulneráveis da região.



RESUMO DE 2015

Financiamento

Em 2015, a Corporação concedeu US\$ 346,4 milhões em financiamento por meio de 79 operações de investimento. Foram mobilizados outros US\$ 166 milhões por meio de empréstimos sindicalizados e operações de financiamento conjunto, alavancando os recursos oferecidos diretamente pela Corporação e aumentando seu impacto no desenvolvimento.

A Corporação continuou a ampliar seu alcance e melhorou sua capacidade para chegar até as PMEs de menor porte. Em 2015, aprovou 21 projetos no âmbito do FINPYME *Credit*, com montantes de US\$ 240.500 em média.

Cerca de 70% das operações aprovadas em 2015 foram executadas nas economias de menor porte da região, confirmando a atenção constante da Corporação aos mercados menos desenvolvidos. Atualmente, os investimentos nesses mercados somam 47,3% da sua carteira ativa.

Em linha com sua estratégia de desenvolvimento, a Corporação continuou a concentrar-se nos mercados de capital locais em desenvolvimento por meio de financiamento em moeda local. Em 2015, nove operações em moeda local foram aprovadas no México. Em dezembro de 2015, 6,2% da carteira ativa da Corporação correspondia a essa modalidade de financiamento.

A relação da CII com as instituições financeiras é muito importante. No ano passado, deu-se atenção especial às instituições financeiras de menor porte. Ao fortalecer essas instituições, a Corporação ajudou a estimular a concorrência no setor financeiro da região. Em 2015, a CII aprovou 18 operações com pequenas instituições financeiras, perfazendo um total de US\$ 58,5 milhões.

No encerramento de 2015, a carteira da Corporação somava US\$ 991 milhões, com 69,5% concentrado no setor financeiro. A maior exposição corporativa estava relacionada a projetos no setor de energia e eletricidade, que representavam 5,9% da carteira. Também havia investimentos significativos em produtos agrícolas (3,4%) e transporte e logística (3,2%).

Serviços de assessoria e capacitação oferecidos no âmbito do FINPYME

A Corporação continuou a ampliar seus serviços de assessoria e capacitação na América Latina e Caribe. Em 2015, aprovou US\$ 4,5 milhões que apoiaram mais de 1.600 empresas, ajudando-as a melhorar sua competitividade, adotar melhores práticas de governança, aumentar a eficiência energética e ampliar sua capacidade de exportação. Um programa especial lançado em 2013 oferece apoio direcionado a empresas de propriedade de mulheres.

Por meio desses serviços de assessoria e capacitação, os clientes da CII aumentam sua competitividade e têm acesso a financiamento de longo prazo da Corporação e de outras instituições financeiras. Esses serviços, aliados ao financiamento, são ferramentas cruciais com que a Corporação apoia o desenvolvimento por meio do setor privado na América Latina e Caribe. Em 2015, a Corporação aprovou recursos de doadores para 42 operações diretas de assistência técnica para clientes atuais e em potencial, perfazendo um total de US\$ 1,3 milhão. Os recursos de doadores cobriram 67% do custo desses serviços de assessoria.

Os serviços de valor agregado da Corporação existem graças a contribuições especiais e a uma série de fundos fiduciários criados pelos governos da Áustria, China, Coreia,

Estados Unidos, Itália, Países Baixos e Valônia-Bélgica, bem como pelo Nordic Development Fund.

Resultado no desenvolvimento

Obter um resultado positivo em termos de desenvolvimento é fundamental para a missão da Corporação. Ao monitorar e acompanhar seus projetos, a Corporação busca assegurar seu impacto positivo na região e presta contas aos seus acionistas, ao mesmo tempo em que aprimora a concepção dos projetos e maximiza o impacto no desenvolvimento.

Nos últimos sete anos, a Corporação melhorou consideravelmente a abrangência e o uso dos mecanismos de monitoramento e avaliação. O Relatório Ampliado de Supervisão Anual (XASR, na sigla inglesa) avalia os projetos no início da maturação operacional inicial e tem sido a principal ferramenta da CII para a avaliação de projetos desde 2001.

O sistema de Pontuação da Contribuição ao Desenvolvimento e a Adicionalidade (DIAS) foi lançado em 2008 para facilitar os processos de monitoramento e avaliação ao longo do ciclo do projeto. Os sistemas DIAS e XASR permitem à Corporação avaliar os resultados em termos de desenvolvimento e a adicionalidade no nível do projeto, desde a avaliação até a execução. Essas ferramentas têm um desenho semelhante e empregam muitas categorias e indicadores de desempenho comuns, em conformidade com as normas das boas práticas adotadas por todos os bancos multilaterais de desenvolvimento.

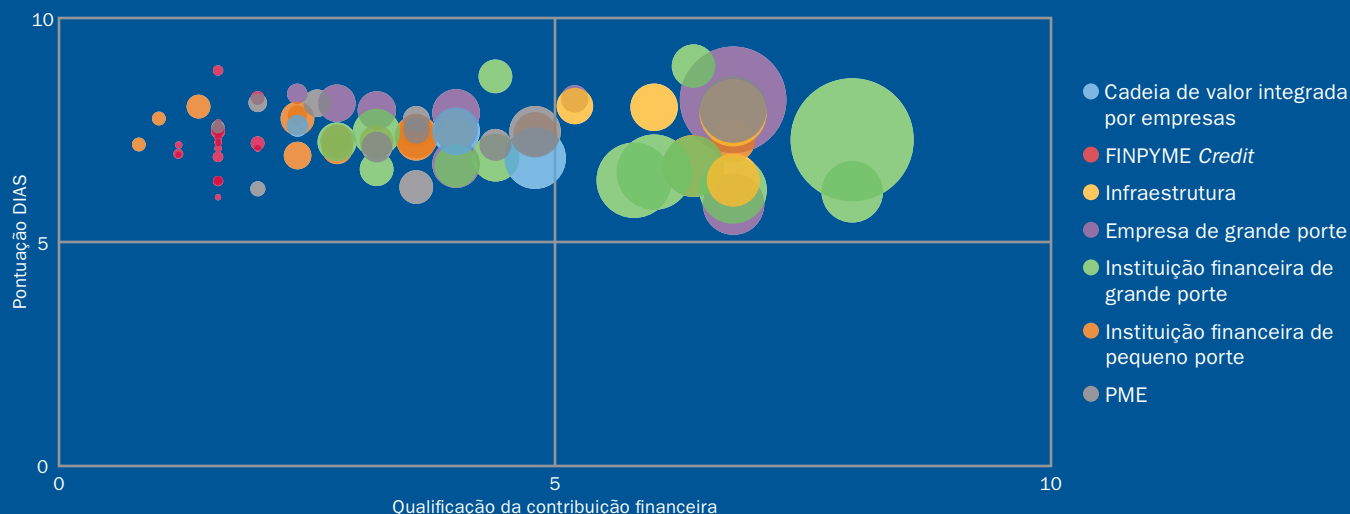
O Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID valida todos os XASRs por meio de relatórios de avaliação independente. Em 2015, o décimo primeiro relatório anual de validação independente do OVE indicou que 82% dos 28 projetos da CII analisados naquele ano haviam obtido resultados positivos em termos de desenvolvimento. O relatório também concluiu que 96% desses projetos haviam gerado adicionalidade.

A maior parte dos projetos examinados foi aprovada em meio à crise financeira, quando o acesso a financiamento em condições razoáveis era limitado em toda a região. A Corporação desempenhou um papel anticíclico nesse contexto, facilitando o acesso a mercados financeiros e concedendo financiamento em condições favoráveis, o que ajudou a mitigar riscos e a aumentar a sustentabilidade dos projetos. Ao mesmo tempo, a Corporação fortaleceu as empresas e instituições financeiras ao melhorar suas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

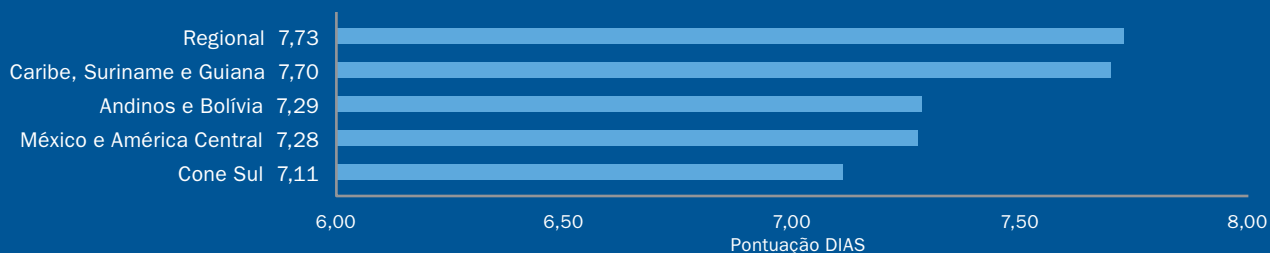
Um importante marco em 2015 foi a concepção de uma ferramenta de avaliação prévia para medir a eficácia dos projetos de desenvolvimento do setor privado. Denominada DELTA (iniciais de *Development Effectiveness, Learning, Tracking, and Assessment*), a nova ferramenta foi desenvolvida como parte da iniciativa de reorganização das atividades sem garantia soberana do Grupo BID. Seu objetivo é harmonizar os métodos existentes para medir a eficácia no desenvolvimento. A DELTA contém uma lista de verificação da avaliabilidade a fim de assegurar que as propostas dos projetos tenham quadros de resultados com indicadores mensuráveis e planos de acompanhamento e avaliação.

A metodologia da DELTA está alinhada com as novas diretrizes de avaliação adotadas pelo OVE em 2015. Essa nova ferramenta substitui as ferramentas DIAS e DIAS Plus da Corporação.

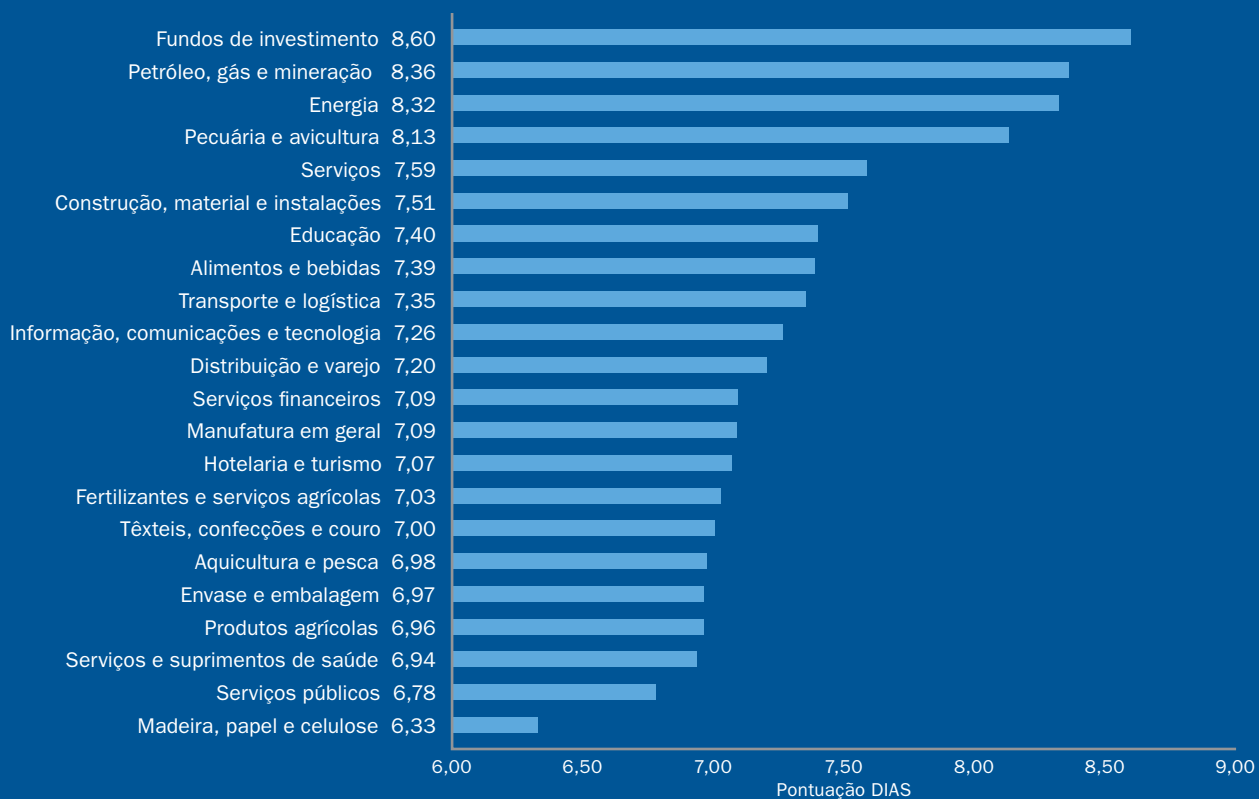
Abordagem da carteira: projetos aprovados em 2015



Pontuação DIAS média dos projetos em aberto por setor



Pontuação DIAS média dos projetos em aberto por região

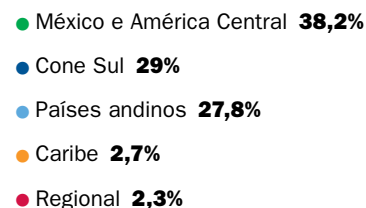
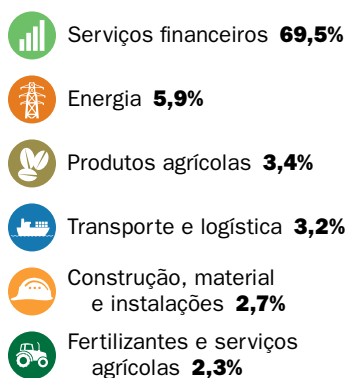


A CII EM SÍNTESE

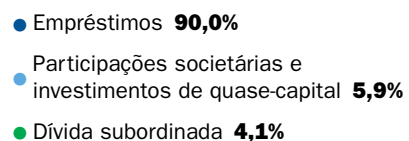
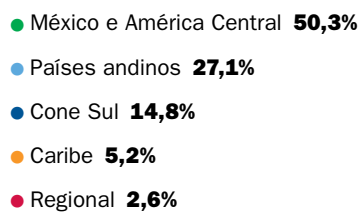
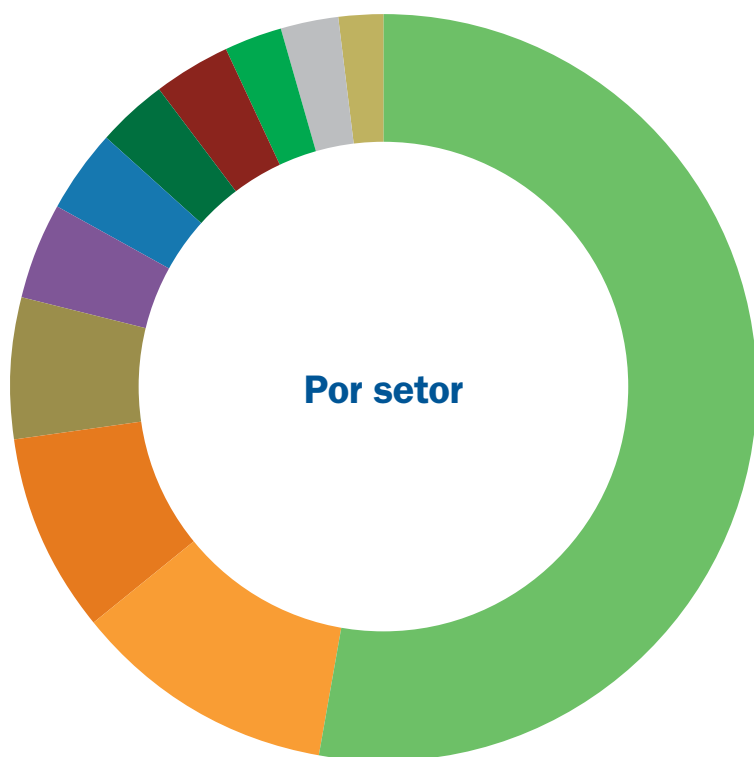
45 países membros

Alemanha
 Argentina
 Áustria
 Bahamas
 Barbados
 Bélgica
 Belize
 Bolívia
 Brasil
 Canadá
 Chile
 Colômbia
 Costa Rica
 Dinamarca
 El Salvador
 Equador
 Espanha
 Estados Unidos da América
 Finlândia
 França
 Guatemala
 Guiana
 Haiti
 Honduras
 Israel
 Itália
 Jamaica
 Japão
 México
 Nicarágua
 Noruega
 Países Baixos
 Panamá
 Paraguai
 Peru
 Portugal
 República da Coreia
 República Dominicana
 República Popular da China
 Suécia
 Suíça
 Suriname
 Trinidad e Tobago
 Uruguai
 Venezuela



























Carteira de investimentos: US\$ 991 milhões



Investimentos aprovados em 2015: US\$ 346,4 milhões




























Projetos aprovados em 2015

País	Projeto	Setor	Montante aprovado
Argentina			
	Profertil S.A.	 Fertilizantes e serviços agrícolas	US\$ 6.000.000
Bahamas			
	Kenuth's Electric Company Ltd.	 Serviços	500.000
Bolívia			
	Banco Ganadero S.A.	 Serviços financeiros	3.000.000
	Bolibanana S.R.L.	 Produtos agrícolas	140.000
	Bomec Ltda.	 Construção, material e instalações	80.000
	NAKHAKI	 Produtos agrícolas	100.000
	VICAR S.R.L.	 Distribuição e varejo	500.000
Chile			
	Alturas de Ovalle	 Energia	1.861.976
	Banco BICE S.A.	 Serviços financeiros	10.000.000
	El Olivo	 Energia	1.880.250
	Eurocapital S.A.	 Serviços financeiros	10.000.000
	Incofin S.A.	 Serviços financeiros	4.500.000
Colômbia			
	Banco Pichincha S.A.	 Serviços financeiros	5.000.000
Costa Rica			
	Almacenadora S.A.	 Serviços	600.000
	Alserro S.A.	 Alimentos e bebidas	150.000
	Castle Sales Group S.A.	 Construção, material e instalações	194.000
	Caycha del Norte S.A.	 Serviços	125.600
	Chaso del Valle S.A.	 Serviços	150.000
	Continex Representaciones S.A.	 Distribuição e varejo	450.000
	Coopealianza R.L.	 Serviços financeiros	3.000.000
	Coriport S.A.	 Transporte e logística	12.000.000
	Davivienda S.A.	 Serviços financeiros	15.000.000
	Mutual Cartago de Ahorro y Préstamo MUCAP	 Serviços financeiros	3.000.000
El Salvador			
	Avícola Campestre S.A. de C.V.	 Pecuária e avicultura	1.100.000
	Banco de América Central, S.A.	 Serviços financeiros	15.000.000
	Compañía Azucarera Salvadoreña S.A. de C.V.	 Produtos agrícolas	10.000.000

País	Projeto	Setor	Montante aprovado
El Salvador (cont.)	JINSAL S.A de C.V.	 Distribuição e varejo	290.000
	Parque Solar Cangrejera S.A. de C.V.	 Energia	2.700.000
	Patronic S.A. de C.V.	 Alimentos e bebidas	115.000
	Pollo Campestre S.A. de C.V.	 Distribuição e varejo	2.000.000
Equador			
	Acería del Ecuador C.A. (ADELCA)	 Construção, material e instalações	30.000.000
	Agripac S.A.	 Fertilizantes e serviços agrícolas	5.000.000
	Banco Internacional, S.A.	 Serviços financeiros	6.000.000
	Genser Power Inc., Sucursal Ecuador	 Energia	2.000.000
	ProCredit Ecuador	 Serviços financeiros	5.000.000
	Telconet S.A.	 Informação, comunicações e tecnologia	6.000.000
Guatemala			
	Banco Internacional S.A.	 Serviços financeiros	5.000.000
Jamaica			
	Seawind Key Investments Limited	 Hotelaria e turismo	7.500.000
México			
	Analistas de Recursos Humanos S.A.P.I. de C.V.	 Serviços financeiros	2.000.000
	Consejo de Asistencia al Microempreendedor, S.A. de C.V. SFP	 Serviços financeiros	4.000.000
	Docuformas S.A.P.I. de C.V.	 Serviços financeiros	3.000.000
	Ecoblock International, S.A. de C.V., SOFOM ENR	 Construção, material e instalações	913.800
	Milenium Construcasa S.A. de C.V.	 Construção, material e instalações	3.900.000
	Progresemos S.A. de C.V., SOFOM, ENR	 Serviços financeiros	3.000.000
	Residencial Atlas, S. de R.L. de C.V.	 Construção, material e instalações	3.700.000
	Servicios y Financiamiento Agrícola, S.A. de C.V.	 Serviços financeiros	2.500.000
	Value Arrendadora S.A. de C.V., SOFOM, E.N.R	 Serviços financeiros	5.000.000
Nicarágua			
	Banco de América Central, S.A.	 Serviços financeiros	10.000.000
	Cukra Industrial, S.A.	 Produtos agrícolas	1.250.000
	Factoring, S.A.	 Serviços financeiros	500.000
	Financia Capital, S.A.	 Serviços financeiros	500.000
	Financiera FAMA S.A.	 Serviços financeiros	1.500.000
	Genéricos Centroamericanos, S.A.	 Serviços e suprimentos de saúde	275.000
	Kola Shaler Industrial, S.A.	 Alimentos e bebidas	450.000

Projetos aprovados em 2015 (cont.)

País	Projeto	Sector	Montante aprovado
Panamá			
	Banisi S.A.	 Serviços financeiros	3.000.000
	Banistmo S.A.	 Serviços financeiros	40.000.000
	Divisa Solar 10MW S.A.	 Energia	5.950.000
	Multibank, Inc.	 Serviços financeiros	12.000.000
Paraguai			
	Agrofertil S.A.	 Produtos agrícolas	6.000.000
	Aliaga S.A.	 Produtos agrícolas	250.000
	Banco Atlas S.A.	 Serviços financeiros	4.000.000
	Banco para la Comercialización y la Producción S.A.	 Serviços financeiros	2.000.000
	GRANOPAR	 Alimentos e bebidas	280.000
	Prorganica S.A.	 Produtos agrícolas	350.000
	Telecom S.A.	 Informação, comunicações e tecnologia	100.000
Peru			
	Andean Power Generation S.A.C.	 Energia	3.500.000
	Envases Los Pinos S.A.C.	 Envase e embalagem	2.500.000
	Financiera Confianza S.A.A.	 Serviços financeiros	6.000.000
	Huaura Power Group S.A.	 Energia	12.000.000
	Mountain Lodges of Peru S.A.C.	 Hotelaria e turismo	7.000.000
Suriname			
	Fernandes Bakkerij N.V.	 Alimentos e bebidas	10.000.000
Uruguai			
	BANDALUX	 Construção, material e instalações	140.000
	Las Maravillas Sociedad Agropecuaria	 Produtos agrícolas	230.000
	Machin Cladera Sociedad Civil	 Produtos agrícolas	130.000
	Oackley S.A.	 Produtos agrícolas	3.000.000
	Pyxis S.A.	 Informação, comunicações e tecnologia	500.000
Regional			
	Abraaj Latin America Fund II L.P.	 Fundos de investimento	3.000.000
	Inter-American Opportunity Facility LP	 Fundos de investimento	1.000.000
	Portland Caribbean Fund II LP	 Fundos de investimento	5.000.000
TOTAL			US\$ 346.355.626

Total acumulado de bens e serviços até 2015

(Em milhares de US\$)

País	Montante
Alemanha	US\$ 89.324
Argentina	479.258
Áustria	358
Bahamas	12.762
Barbados	11.250
Bélgica	6.853
Belize	8.227
Bolívia	13.786
Brasil	283.615
Canadá	—
Chile	175.296
Colômbia	46.867
Costa Rica	77.152
Dinamarca	8.102
El Salvador	17.989
Equador	319.964
Espanha	37.857
Estados Unidos da América	877.525
Finlândia	2.331
França	35.161
Guatemala	54.808
Guiana	600
Haiti	875
Honduras	59.829
Israel	52.845
Itália	49.873
Jamaica	53.483
Japão	22.170
México	208.876
Nicarágua	59.656
Noruega	13.666
Países Baixos	70.593
Panamá	43.530
Paraguai	79.565
Peru	184.402
Portugal	—
Regional	25.530
República da Coreia	9.513
República Dominicana	55.173
República Popular da China	19.142
Suécia	19.760
Suíça	27.972
Suriname	6.437
Trinidad e Tobago	1.000
Uruguai	128.113
Venezuela	42.531

Resultados financeiros

O resultado da Corporação em 2015 foi de US\$ 3,0 milhões, após atingir US\$ 13,3 milhões em 2014, fechando treze anos consecutivos de lucros contínuos e acumulando US\$ 173,1 milhões em lucros acumulados, o que equivale a 25% do seu capital integralizado.

Os ativos relacionados com o desenvolvimento, isto é, a carteira de empréstimos e investimentos de capital bruta (GLEO, na sigla inglesa), diminuíram ligeiramente, de US\$ 1,1 bilhão em 2014 para US\$ 1,0 bilhão em 2015, reflexo da continuação do enfraquecimento da conjuntura econômica mundial.

O total das receitas descontadas as despesas relacionadas a empréstimos chegou a US\$ 47,5 milhões em 2015, ou seja, US\$ 1,4 milhão a menos do que o registrado em 2014. Dois fatores em especial contribuíram para a evolução do total das receitas: por um lado, as alterações no valor justo dos recursos para investimento em participações societárias (-US\$ 3,0 milhões) e, por outro lado, a redução das despesas com empréstimos (-US\$ 3,0 milhões). A diminuição das despesas com empréstimos se deveu, sobretudo, à redução das margens de endividamento decorrente da substituição dos empréstimos vencidos por emissões do programa de notas de médio prazo em euros (EMTN, em inglês) com um custo menor e, em parte, a um menor volume de financiamento nos últimos dois meses do ano em consequência do pagamento de uma emissão de notas de médio prazo em euros no montante de US\$ 400 milhões em novembro. As despesas operacionais passaram de US\$ 34,8 milhões em 2014 para US\$ 49,3 milhões em 2015, reflexo do aumento das contribuições para o Plano de Pensões e o Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (+US\$ 4,3 milhões), bem como da elevação das despesas administrativas e outros gastos, que passaram de US\$ 10 milhões, incluídos os gastos no montante de US\$ 5 milhões relacionados com a reorganização das atividades com o setor privado.

O capital integralizado da Corporação subiu US\$ 4,8 milhões após os pagamentos feitos pela Argentina, China, Coreia, Equador, Panamá, Peru e Uruguai. Em virtude do Segundo Aumento Geral de Capital da Corporação, aprovado pela Assembleia de Governadores em 30 de março de 2015, foram subscritas 54.762 ações das 80.662 ações originais oferecidas aos países-membros. As 25.900 ações restantes foram realocadas entre os acionistas interessados, após a inclusão de uma alocação de primeira ordem dessas ações aos países membros que desejavam preservar os direitos preferenciais de subscrição que lhes haviam sido concedidos nos termos do Convênio Constitutivo da Corporação.

Qualidade dos ativos

A Corporação manteve uma carteira de alta qualidade em 2015. Os principais indicadores da qualidade dos ativos permaneceram em níveis notadamente estáveis apesar da desaceleração da economia da região que continuou em 2015, seguida pela desvalorização de muitas moedas da região. A carteira de vencimentos com um dia ou mais de atraso diminuiu de US\$ 23,3 milhões para US\$ 9,4 milhões em 2015, o equivalente a 1,0% da carteira de empréstimos. A relação entre os empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável e a carteira de empréstimos caiu ligeiramente, de 1,7% em 2014 para 1,0% em 2015. Todas as operações contam com garantias adequadas e são atentamente observadas pela Corporação. Ademais, em vista da política conservadora da Corporação sobre a constituição de provisões, a cobertura das provisões para perdas com empréstimos concedidos é de quase três vezes o valor dos empréstimos em atraso e dos empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável.

Solvência

A condição dos índices de solvência da CII melhorou em 2015. A relação entre o capital e o total dos ativos aumentou de 14% em comparação com o exercício anterior para 57% em dezembro de 2015. Esse aumento se deveu fundamentalmente ao pagamento das notas de médio prazo em euros no montante de US\$ 400 milhões. Levando em conta seu capital e os níveis das provisões para perdas com empréstimos em dezembro de 2015, a Corporação tem uma cobertura de mais de 90% da exposição total de seus ativos de desenvolvimento.

Alavancagem e liquidez

Em novembro de 2015, foi amortizada uma emissão de notas de médio prazo no montante de US\$ 400 milhões, o que reduziu os empréstimos do programa de notas de médio prazo em euros (EMTN) e o total dos empréstimos pendentes para US\$ 598 milhões.

A relação entre exigível e capital caiu para 0,8, em comparação com 1,4 no exercício anterior. Esse resultado ainda é bem inferior ao nível máximo de 3,0 estabelecido pelo Convênio Constitutivo da CII. Os indicadores de liquidez da CII se mantiveram sólidos com uma relação entre liquidez e total dos ativos de 35% em 2015 e uma relação entre liquidez e dívida financeira de 88% em 2015.

Planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria

O Plano de Pensões e o Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria da CII encerraram o exercício de 2015 com subcapitalização de US\$ 24,1 milhões e sobrecapitalização de US\$ 1,9 milhão, respectivamente. Em comparação com 2014, o nível de subcapitalização do Plano de Pensões aumentou US\$ 1,9 milhão e o nível de sobrecapitalização do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria melhorou em US\$ 4,6 milhões. A evolução desses planos se deveu, principalmente, à atual conjuntura econômica e financeira, acarretando um aumento de 36 pontos-base e de 38 pontos-base, respectivamente, na taxa de desconto desses planos.

Nossa governança institucional

Mandato

O mandato da Corporação é maximizar seu impacto no desenvolvimento em um contexto de sustentabilidade financeira no longo prazo.

Missão

A Corporação promove o desenvolvimento econômico dos seus países membros regionais em processo de desenvolvimento mediante o estímulo ao estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, dando prioridade às de pequeno e médio porte.

Assembleia de Governadores

Todos os poderes da Corporação estão investidos em sua Assembleia de Governadores, que é composta por um governador e um governador suplente indicados por cada país membro. Entre os poderes investidos na Assembleia de Governadores e que não podem ser delegados à Diretoria Executiva estão a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Corporação e a alteração do seu Convênio Constitutivo.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela condução das operações da Corporação e exerce todos os poderes que lhe são outorgados pelo Convênio Constitutivo ou conferidos pela Assembleia de Governadores. A Diretoria Executiva

determina a estrutura organizacional básica da Corporação, inclusive a quantidade dos principais cargos profissionais e administrativos e suas responsabilidades gerais, além de aprovar seu orçamento. Os 13 membros e 13 suplentes da Diretoria Executiva têm mandatos de três anos e representam um ou mais países-membros da Corporação.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por quatro membros: o diretor ou suplente nomeado pelo país membro com maior quantidade de ações da Corporação, dois diretores representando países membros em desenvolvimento da Corporação e um diretor representando outros países membros. Todos os empréstimos e investimentos da Corporação em empresas localizadas nos países membros são analisados por esse comitê.

Administração

O presidente do BID é o presidente ex officio da Diretoria Executiva da Corporação e preside suas reuniões, mas só tem direito a voto em caso de empate, podendo participar, sem direito a voto, das reuniões da Assembleia de Governadores da Corporação.

Mediante recomendação do seu Presidente, a Diretoria Executiva nomeia o gerente geral da Corporação por maioria de quatro quintos dos votos.

O gerente geral cuida dos negócios rotineiros da instituição sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral do seu presidente. É responsável também, após consulta à Diretoria Executiva e seu presidente, pela organização, nomeação e demissão de oficiais e funcionários. O gerente geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, mas não tem direito a voto.

O gerente geral também determina a estrutura operacional da Corporação e pode modificá-la para acompanhar as necessidades de mudança da organização.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2015, a Corporação tinha 108 funcionários dedicados ao cumprimento de sua missão de desenvolvimento, dos quais 23 estavam localizados em 11 países da região: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Os demais funcionários estão lotados em sua sede, em Washington, D.C. Entre os funcionários na região, estão dez oficiais de investimentos, que trabalham diretamente na originação e desenvolvimento de novos projetos, e sete funcionários dedicados em tempo integral à supervisão direta das operações da CII.

Em 31 de dezembro de 2015, os demais funcionários davam apoio às atividades institucionais, de projetos e de programas da Corporação e estavam lotados em dez divisões (Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, Assuntos Institucionais, Eficácia no Desenvolvimento, Estratégia e Inovação, Finanças, Gestão da Carteira, Gestão de Riscos, Jurídica, Investimentos em Instrumentos de Dívida e Investimentos de Capital) e na unidade de Operações Especiais.

Estrutura de remuneração do pessoal da sede da CII*

Grau	Tipo de cargo	Mínimo	Máximo	Funcionários no nível salarial	Salário médio/grau	Média de benefícios†
E	Executivo	US\$ 219.230	US\$ 384.094	2,4%	US\$ 322.453	US\$ 125.757
1	Gerencial	177.538	257.430	9,4%	210.251	81.998
2	Gerencial	155.381	233.071	3,5%	171.335	66.821
3	Técnico	129.170	206.672	18,8%	141.928	55.352
4	Técnico	113.651	181.840	17,6%	123.506	48.167
5	Técnico	103.545	155.316	12,9%	105.751	41.243
6	Técnico	91.920	137.878	3,5%	93.031	36.282
7	Técnico	81.666	122.499	16,5%	89.370	34.854
8	Técnico	71.638	107.456	4,7%	74.076	28.889
9	Apoio/Técnico	63.282	94.922	7,1%	67.272	26.236
10	Apoio	51.026	81.643	1,2%	71.547	27.903
11	Apoio	44.452	71.125	2,4%	54.041	21.076
				100,0%		

* O pessoal na região é remunerado localmente segundo faixas salariais determinadas pelo BID.

† Inclui licenças, verbas rescisórias, seguro de vida e de saúde e outros benefícios não salariais: férias no país de origem, reembolso de impostos, viagem para nomeação, despesas de relocação e repatriação, salário família, auxílio para educação e benefícios de viagem a serviço.

Os membros da Diretoria Executiva da CII, inclusive diretores executivos, suplentes, conselheiros sênior e conselheiros, bem como o presidente da Diretoria Executiva são remunerados pelo BID.

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes (em dezembro de 2015)

	Diretor Executivo	Diretor Executivo Suplente
Argentina e Haiti	Andrea Molinari	Valeria Fernández Escliar
Áustria, Bélgica, Alemanha, Itália, Países Baixos e República Popular da China	Carina Lakovits	Gisella Berardi
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Sherwyn Everade Williams	Jerry Christopher Butler
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Marlon Ramsses Tabora Muñoz	Jose Mauricio Silva
Bolívia, Paraguai e Uruguai	Luis Hernando Larrazábal	Marcelo Bisogno
Brasil e Suriname	Ricardo De Medeiros Carneiro	Frederico Gonzaga Jayme Junior
Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia y Suíça	Marita Olson	Christian Hofer
Chile e Equador	Kevin Cowan Logan	Xavier Santillan
Colômbia e Peru	Sergio Diazgranados Guida	Tania Lourdes Quispe Mansilla
Espanha, Israel, Japão, Portugal e República da Coreia	Maria Rodriguez de la Rua	Ana Margarida Ferreira
Estados Unidos da América	Mark Edward Lopes	
República Bolivariana da Venezuela e Panamá	Armando Jose Leon Rojas	Fernando Ernesto de Leon de Alba
República Dominicana e México	Juan Bosco Marti Ascencio	Carlos Augusto Pared Vidal

Administração



PRIMEIRA FILA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: James P. Scriven (Gerente Geral), Orlando Ferreira (Diretor Geral de Estratégia), Haydee Rosemary Jeronimides (Diretora Geral de Assessoria Jurídica), Luis Alberto Moreno (Presidente da Diretoria Executiva), Gema Sacristán (Diretora Geral de Negócios), Christian Novak (Diretor Geral de Riscos), María del Rocío Palafox (Diretora Geral de Finanças y Administración)

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes



PRIMEIRA FILA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Sergio Diazgranados Guida (Colômbia), Sherwyn Everade Williams (Guiana), Tania Lourdes Quispe Mansilla (Peru), Andrea Molinari (Argentina), Ricardo De Medeiros Carneiro (Brasil), Juan Bosco Marti Ascencio (México), Valeria Fernández Escliar (Argentina), Marita Olson (Suécia)

SEGUNDA FILA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Carina Lakovits (Áustria), Xavier Santillan (Equador), Marcelo Bisogno (Uruguai), Ana Margarida Ferreira (Portugal), Mark Edward Lopes (Estados Unidos da América), Frederico Gonzaga Jayme Junior (Brasil), Jose Mauricio Silva (El Salvador), Carlos Augusto Pared Vidal (República Dominicana)

TERCEIRA FILA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Christian Hofer (Suíça), Jerry Christopher Butler (Bahamas), Marlon Ramsses Tabora Muñoz (Honduras), Kevin Cowan Logan (Chile), Maria Rodriguez de la Rua (Espanha), Fernando Ernesto de Leon de Alba (Panamá), Armando Jose Leon Rojas (República Bolivariana da Venezuela)

NÃO APARECEM NA FOTO: Gisella Berardi (Itália), Luis Hernando Larrazábal (Estado Plurinacional da Bolívia)

Demonstrações financeiras

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de US\$

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 14.946	\$ 7.571
Títulos e valores mobiliários		
Disponíveis para venda	478.918	584.429
Para negociação	34.743	331.583
Mantidos até o vencimento	—	39.902
Investimentos		
Empréstimos concedidos	961.272	1.027.154
Menos provisão para perdas	(36.746)	(47.895)
	924.526	979.259
Participações societárias (US\$ 9.047 e US\$ 13.027 ao valor justo, respectivamente)	29.476	25.178
Total dos investimentos	954.002	1.004.437
Contas a receber e outros ativos	22.687	20.924
Total do ativo	\$ 1.505.296	\$ 1.988.846
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 47.869	\$ 43.357
Juros e taxas de compromisso a pagar	1.647	1.751
Captações de curto prazo	57.761	533.957
Captações de longo prazo	540.695	564.644
Total do passivo	647.972	1.143.709
Capital social		
Ações subscritas	1.253.520	705.900
Ações adicionais integralizadas	338.352	—
Menos subscrições a integralizar	(888.709)	(7.547)
	703.163	698.353
Lucros acumulados	173.146	170.144
Outras receitas/(perdas) abrangentes acumuladas	(18.985)	(23.360)
Total do patrimônio líquido	857.324	845.137
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.505.296	\$ 1.988.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014
RECEITAS		
Receitas de empréstimos		
Juros e comissões	\$ 44.215	\$ 44.468
Outras receitas	2.389	1.137
	<hr/> 46.604	<hr/> 45.605
Participações societárias		
Dividendos	644	677
Ganhos na venda	12	67
Variações no valor justo	(4.742)	(1.692)
Outras receitas	40	33
	<hr/> (4.046)	<hr/> (915)
Títulos e valores mobiliários	7.778	9.267
Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas	6.561	7.383
	<hr/>	<hr/>
Total das receitas	56.897	61.340
	<hr/>	<hr/>
Despesas com captações	9.443	12.480
	<hr/>	<hr/>
Total das receitas, descontadas as despesas com captações	47.454	48.860
	<hr/>	<hr/>
PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS	(6.271)	92
	<hr/>	<hr/>
PERDAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS COM REDUÇÃO NÃO TEMPORÁRIA AO VALOR RECUPERÁVEL (RELATIVAS A CRÉDITO)	717	289
	<hr/>	<hr/>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	35.428	30.344
Despesas com Plano de Pensões e PBPA	8.248	3.951
(Ganhos)/perdas em operações cambiais, líquido	512	391
Outras despesas	5.073	113
	<hr/>	<hr/>
Total das despesas operacionais	49.261	34.799
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes das atividades de assistência técnica	3.747	13.680
	<hr/>	<hr/>
Atividades de assistência técnica	745	346
	<hr/>	<hr/>
RESULTADO	\$ 3.002	\$ 13.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014
RESULTADO	\$ 3.002	\$ 13.334
OUTRAS (PERDAS)/RECEITAS ABRANGENTES		
Reconhecimento de alterações em ativo/passivo conforme Plano de Pensões e PBPA—Nota explicativa 15	6.053	(24.926)
Ganhos/(perdas) não realizados em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda—Nota explicativa 3	(1.678)	250
Total de outras receitas/(perdas) abrangentes	4.375	(24.676)
(PERDAS)/RECEITAS ABRANGENTES	\$ 7.377	\$ (11.342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de US\$

	Ações subscritas	Capital*	Lucros acumulados	Outras receitas/ (perdas) abrangentes acumuladas	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2013	70.440	\$ 693.700	\$ 156.810	\$ 1.316	\$ 851.826
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014					
Resultado		—	13.334	—	13.334
Outras receitas/(perdas) abrangentes		—	—	(24.676)	(24.676)
Variação em ações subscritas	150				
Pagamentos recebidos por ações subscritas		4.653	—	—	4.653
Em 31 de dezembro de 2014	70.590	\$ 698.353	\$ 170.144	\$ (23.360)	\$ 845.137
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015					
Resultado		—	3.002	—	3.002
Outras receitas/(perdas) abrangentes		—	—	4.375	4.375
Variação em ações subscritas	54.762				
Pagamentos recebidos por ações subscritas		4.810	—	—	4.810
Em 31 de dezembro de 2015	125.352	\$ 703.163	\$ 173.146	\$ (18.985)	\$ 857.324

*Deduzidas as subscrições a integralizar.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (306.946)	\$ (379.782)
Desembolsos relativos a participações societárias	(11.047)	(5.021)
Amortização de empréstimos	356.799	371.384
Rendimento sobre participações societárias	590	3.209
Vencimentos de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	39.850	—
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	(85.026)	(293.764)
Vendas e vencimentos	186.650	87.000
Despesas de capital	(2.386)	(1.199)
Produto da venda de ativos recuperados	441	1.098
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de investimento	\$ 178.925	\$ (217.075)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de captações	(539.022)	(203.648)
Produto da emissão de títulos de captação	50.795	400.000
Subscrições de capital	4.810	4.653
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de financiamento	\$ (483.417)	\$ 201.005
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	3.002	13.334
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades operacionais:		
Variação no valor justo de participações societárias	4.742	1.692
Provisão para perdas com empréstimos	(6.271)	92
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários	(692)	783
(Ganhos)/perdas realizados em vendas de participações societárias	—	(67)
Variação em contas a receber e outros ativos	918	(2.922)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	5.513	(2.589)
Variação no Plano de Pensões e no PBPA, líquido	3.313	667
Títulos e valores mobiliários mantidos para negociação		
Compras	(1.148.449)	(1.222.954)
Vendas e vencimentos	1.443.830	1.204.236
Outros, líquido	5.775	12.786
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades operacionais	\$ 311.681	\$ 5.058
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	186	310
Aumento/(diminuição) líquido em disponibilidades	7.375	(10.702)
Disponibilidades em 1º de janeiro	7.571	18.273
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 14.946	\$ 7.571
Informações complementares:		
Juros pagos no exercício	\$ 8.579	\$ 11.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Objetivo

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989 com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, mediante incentivo da criação, expansão e modernização de empresas privadas, de forma complementar as atividades do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa missão é cumprida pela Corporação com a concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, participações em empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros, e ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, com as atividades operacionais restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que também inclui, além do próprio BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

Em 30 de março de 2015, as Assembleias de Governadores da Corporação e do BID aprovaram a reorganização na Corporação das atividades do Grupo BID no setor privado (ou carteira sem garantia soberana (carteira NSG, conforme sigla em inglês para *non-sovereign guaranteed*)) e autorizaram o segundo aumento geral de capital (AGC-II) da Corporação. Com vigência inicial em 1º de janeiro de 2016, as funções operacionais e administrativas, incluindo o respectivo pessoal, relacionadas com as atividades no setor privado do BID foram transferidas para a CII (a Reorganização), visando a maximizar o impacto em matéria de desenvolvimento e a oferecer serviços mais abrangentes aos clientes. O BID ainda detém participações econômicas em sua carteira NSG. A partir de 1º de janeiro de 2016, a Corporação passa a prestar serviços de gestão de empréstimos para a carteira NSG do BID e receberá uma comissão por tais serviços. O acordo sobre serviços de gestão tem prazo inicial de sete anos. Como resultado da Reorganização, o corpo de pessoal da Corporação aumentou de 108 em 31 de dezembro de 2015 para 174 em 1º de janeiro de 2016. A partir de 2016, os custos trabalhistas para esses empregados, bem como os pagamentos de benefícios de pensões e pós-emprego referentes aos novos empregados, serão refletidos nas demonstrações financeiras da Corporação.

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (US GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (*Financial Accounting Standards Board*) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês: *Accounting Standards Codification*).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, \$ ou US\$), que é a moeda funcional e de demonstrações da Corporação.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. Foram empregados critérios pessoais de decisão, em grau considerável, para definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos concedidos, para estimar o valor das reduções não temporárias ao valor recuperável de investimentos em participações societárias e em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, para apurar o valor justo de determinados investimentos em títulos e valores mobiliários, de empréstimos concedidos e participações societárias e de captações e derivativos, bem como para definir o custo periódico líquido dos benefícios dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As alterações nas condições econômicas podem afetar os clientes da Corporação, bem como os mercados mundiais de investimento, e podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação. A Corporação pode deter disponibilidades acima dos limites segurados pela FDIC (*Federal Deposit Insurance Corporation*).

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteira, a Corporação investe em títulos privados, em títulos de governos e de agências governamentais e em títulos supranacionais, segundo suas próprias diretrizes de investimento. Esses investimentos incluem títulos de dívida, notas, letras, certificados de depósito, *commercial paper* e fundos mútuos, a taxas fixas e variáveis.

Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição, com as respectivas compras e vendas contabilizadas com base na data de negociação. A carteira da Corporação classificada como para negociação é declarada pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como Receita de títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como mantidos até o vencimento são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em Outros resultados abrangentes acumulados. Os juros e dividendos sobre títulos e valores mobiliários, a amortização de ágios, o acréscimo de descontos e os ganhos e perdas realizados com títulos e valores mobiliários detidos para negociação e disponíveis para venda são refletidos em Receita de títulos e valores mobiliários. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como mantidos até o vencimento e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2015, a Corporação não detinha investimentos mantidos até o vencimento.

A Corporação avalia os títulos disponíveis para venda e os mantidos até o vencimento cujos valores estejam abaixo de seu respectivo custo amortizado, para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária. Vários fatores são levados em conta pela Corporação para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária, inclusive, entre outros, a condição financeira do emissor, os efeitos de flutuações nas taxas de juros ou em spreads de crédito, o prazo esperado de recuperação, bem como outros dados quantitativos e qualitativos. A apuração do montante de títulos e valores mobiliários com redução ao valor recuperável é um processo que depende de estimativas, decisões pontuais e incertezas, e seu objetivo é definir se os declínios no respectivo valor justo precisam ser reconhecidos nas receitas do exercício então em curso. Os riscos e incertezas incluem as mudanças nas condições econômicas gerais e as variações futuras nas avaliações dos fatores supracitados. Há expectativa de alteração de tais fatores no futuro. Para reduções ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento que não sejam consideradas apenas temporárias, a parcela relacionada a crédito da perda não temporária no valor recuperável é refletida no resultado do exercício, e a parcela não relativa a crédito é reconhecida em Outros resultados abrangentes acumulados.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são legalmente constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias incluem investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo *“limited partnerships”* e em estruturas similares (LPs), bem como investimentos diretos de capital, basicamente em empresas de pequeno e de médio porte e em instituições financeiras. São reconhecidos pelo custo, com a eventual redução ao valor recuperável, os investimentos diretos em participações societárias para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem participação financeira controladora nem influência significativa. Para as LPs, a Corporação selecionou o método de contabilização ao valor justo conforme o Tópico 825 da ASC, baseando-se, como medida prática, no valor patrimonial líquido informado para estimativa do valor justo. Os dados sobre valor patrimonial líquido informados pelas LPs são derivados do valor justo dos respectivos investimentos detidos pela LP.

A Corporação considera que um empréstimo exige a redução ao valor recuperável quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não seja possível receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Para definir se um empréstimo exige tal redução, os dados e acontecimentos relativos ao mutuário e/ou ao seu respectivo cenário econômico e político que são levados em consideração incluem, entre outros fatores, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo mutuário, a posição que ele ocupa entre os concorrentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

no mercado, os riscos associados à garantia real, a disponibilidade e a capacidade do patrocinador para dar apoio ao investimento, a equipe de gestão do mutuário, além dos conflitos geopolíticos e das crises macroeconômicas.

Para os investimentos em participações societárias que não sejam contabilizados ao valor justo, a necessidade de redução ao valor recuperável é avaliada, no mínimo uma vez ao ano, com base nas informações financeiras mais recentes e no desempenho operacional, além de considerar outros dados pertinentes, inclusive, entre outros, as condições macroeconômicas, as tendências do setor específico em pauta, o histórico da empresa, bem como a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido até refletir o valor justo, que passa a ser o novo valor contábil do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram recuperações de valor justo quando a participação societária é vendida com ganhos.

Entidades com participação variável — O Tópico 810 da ASC, *Consolidação*, dispõe sobre a consolidação quando a entidade declarante for o beneficiário primário de uma entidade com participação variável (VIE, na sigla em inglês para *variable interest entity*), e ainda, caso a outra entidade não possa ser definida como tal, sobre a exigência de consolidação se a entidade declarante detiver participação financeira controladora e/ou maioria dos direitos a voto nessa outra entidade. A Corporação avaliou as entidades em que investe e outras entidades com as quais tem acordos contratuais e diversos, tendo concluído que a Corporação não é o beneficiário primário de nenhuma VIE, nem tem participação variável significativa em entidade desse tipo que exigiria divulgação.

Em acréscimo, a Corporação não detém participação financeira controladora nem maioria dos direitos a voto em outra entidade, e não exerce influência significativa sobre outras entidades. A Corporação detém participações de investimento em determinados fundos de investimento estruturados como sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP. As participações societárias diretas da Corporação são contabilizadas ao custo. As participações da Corporação em LPs são contabilizadas ao valor justo, de acordo com o Tópico 820 da ASC, *Mensurações a valor justo*.

Provisão para perdas com investimentos em empréstimos — A provisão para perdas reflete a estimativa da administração para as perdas incorridas na carteira de empréstimos, na data do balanço patrimonial, e é contabilizada como redução em investimentos em empréstimos. A provisão para perdas é aumentada por lançamentos em despesas, através da provisão geral para perdas com investimentos em empréstimos, e diminuída por baixas líquidas ou por liberação da reserva para melhorias na quantidade e/ou na gravidade de perdas previamente estimadas. É exigido um grau considerável de critério pessoal para estimar a provisão para perdas, incluindo a definição das classificações adequadas de risco, potencial de gravidade das perdas, desempenho esperado de cada um dos investimentos em empréstimos, condições econômicas na América Latina e no Caribe, além de vários outros fatores. A Corporação julga ser adequada a provisão para perdas na data do balanço patrimonial. Não obstante, a provisão para perdas poderá exigir variações no futuro, com base em alteração de qualquer dos fatores aqui mencionados.

A provisão para perdas com empréstimos concedidos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas (provisão específica) e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis (provisão geral).

Para a provisão específica e para os empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável, a definição da provisão para perdas identificadas como prováveis representa a decisão mais criteriosa possível da administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, inclusive, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa contratual vigente para o empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado. Dado o objetivo da Corporação e a natureza dos empréstimos, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares.

No caso da provisão geral, a provisão para perdas é definida com um sistema interno de classificação de riscos de crédito, o qual faz uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em várias análises. O sistema interno de classificação de riscos de crédito leva em consideração o risco do devedor, as respectivas garantias ou características da operação, bem como os riscos relacionados ao país. Com o conjunto desses fatores é obtida uma classificação final que reflete as perdas previstas, associadas à operação.

A Corporação segmenta sua carteira de empréstimos em empréstimos a instituições financeiras ou empréstimos a empresas. Os empréstimos a empresas são concedidos a empresas de pequeno e médio porte em diferentes setores. Os três principais setores são os de energia, produtos agrícolas e transporte e logística, conforme descritos na Nota explicativa 4. Para determinados empréstimos, a Corporação obteve garantias reais na forma de hipotecas, garantias de terceiros e outras formas de garantia real.

A provisão exigida para cada exposição do empréstimo ou da garantia leva em conta o seguinte: (i) a taxa de probabilidade de inadimplemento para cada categoria de risco e cada período aplicável de emergência de perdas; (ii) o montante da exposição de crédito em cada uma dessas categorias e (iii) o índice de perda dado o inadimplemento.

Cada empréstimo é monitorado individualmente, com frequência no mínimo anual, e classificado para atribuição de uma taxa de probabilidade de inadimplemento e um índice de perda dado o inadimplemento (LGD, do inglês *Loss Given Default*).

- **Probabilidade de inadimplemento** — É elaborado um indicador de desempenho (scorecard) com previsão de diferentes considerações específicas para cada mutuário, inclusive, entre outras: o histórico do mutuário e as informações disponíveis de mercado, o risco-país, o histórico de perdas com créditos similares, o risco de correlação ou contaminação de prejuízos entre mercados, o descumprimento de garantias de patrocinadores e de contratos de apoio, bem como uma análise das demonstrações contábeis e de outras informações fornecidas pelo mutuário. O resultado do scorecard gera uma classificação interna de risco, comparável a uma classificação de crédito para emissores de longo prazo divulgada pela Standard & Poor's (S&P) (em 2015 e 2014), e é mapeado com as taxas históricas de probabilidade de inadimplemento divulgadas pela S&P (em 2015) e pela Moody's (em 2014) para as mesmas categorias de classificação. Durante 2015, a Corporação refinou seu processo de classificação de risco para empréstimos de forma a incluir uma quantidade maior e com partes mais distintas de categorias de classificação de risco (dez categorias de classificação publicadas pela S&P, conforme descrito na nota explicativa 4, contra cinco categorias da Moody's utilizadas em 2014).
- **Perda dado o inadimplemento** — Em 2014, um único índice LGD foi aplicado a cada um dos segmentos subordinados e garantidos da carteira, com base na média dos dados históricos de taxa de perdas da Moody's. Em 2015, a Corporação introduziu um modelo refinado para o cálculo separado do índice LGD para cada empréstimo ou garantia individual. É elaborado um indicador de desempenho (*scorecard*) com previsão de diferentes considerações específicas da operação para cada empréstimo ou garantia, inclusive, entre outras: a antiguidade do instrumento, o tipo de garantia real, as garantias de terceiros e os riscos de operação em foro estrangeiro ou direitos de credores nos termos do direito do respectivo país. O índice LGD que resulta do scorecard é calibrado com base nas provas empíricas de mais de 20 anos de histórico de perdas, conforme dados coletados pela S&P.

No cálculo da sua provisão para perdas, a Corporação utiliza dados do setor obtidos externamente sobre as taxas de probabilidade de inadimplemento e os índices LGD, em razão de sua experiência limitada com histórico de perdas e de seu volume relativamente pequeno de negócios (menos de 250 empréstimos), bem como pela variação nas dimensões dos empréstimos e pela dispersão setorial e geográfica de sua carteira.

Ocorre a baixa dos empréstimos concedidos quando a Corporação esgota todos os recursos possíveis para recuperação, com a conseqüente redução no empréstimo e na respectiva provisão para perdas com investimentos em empréstimos. Essas reduções na provisão são parcialmente compensadas por eventuais recuperações associadas a empréstimos baixados anteriormente.

Reconhecimento de receitas de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. Em geral, um empréstimo deixa de ser contabilizado pelo regime de competência quando a possibilidade de recebimento é considerada duvidosa ou quando o pagamento de juros ou do principal sofre atraso superior a 90 dias. A Corporação não reconhece as receitas de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, e os juros devidos e não recebidos sobre tais empréstimos são estornados da receita. Esses juros somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida, incluídos em Contas a pagar e outras obrigações¹ no balanço patrimonial,

1. Menções de títulos e subtítulos nas demonstrações financeiras são identificados pelo respectivo nome com inicial em maiúscula, sempre que aparecerem nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente for recebido. Essa capitalização é incluída no cálculo da Provisão para perdas com empréstimos, no balanço patrimonial.

Os valores líquidos de custos e comissões de originação de empréstimos, incluídos em Contas a receber e outros ativos no balanço patrimonial, são diferidos e amortizados ao longo da vigência do empréstimo, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas e pagas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando alienados.

No caso das LPs contabilizadas ao valor justo nos termos de uma opção de valor justo, os ganhos e perdas não realizados são levados em conta na apuração do valor patrimonial e lançados como alterações no valor justo das participações societárias, na demonstração do resultado.

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de riscos compartilhados, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em países membros da Corporação e com os objetivos de aprimorar a situação de crédito das entidades e viabilizar uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia e vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos da garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (*stand ready*) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A obrigação contínua de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, ao valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos no balanço patrimonial, em Contas a pagar e outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em Contas a receber e outros ativos, no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como investimento em empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas, em consonância com o sistema interno de classificação de riscos de crédito da Corporação. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco.

Captações — Para assegurar a disponibilidade de recursos para seus empreendimentos em geral, as captações da Corporação são feitas nos mercados internacionais de capital, mediante oferta de seus títulos de dívida a investidores. As captações da Corporação são contabilizadas ao custo amortizado. O cálculo da amortização de ágios e do acréscimo de descontos é feito por método próximo ao método de juros efetivos, com inclusão na rubrica de Despesas com captações, na demonstração do resultado.

O saldo não amortizado dos custos de emissão para captação, referentes a um passivo de dívida reconhecida, é incluído como dedução direta do valor contábil da dívida no balanço patrimonial, em Captações de curto prazo e em Captações de longo prazo.

As despesas de juros com captações são reconhecidas pelo regime de competência e incluídas na rubrica de Despesas com captações, na demonstração do resultado.

Atividades de gestão de riscos: derivativos não especulativos — A Corporação pode, eventualmente, utilizar determinados derivativos para gestão de riscos financeiros. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, *caps* de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar a taxa desejada de juros, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo de derivativos relativos a

captações são informadas em Despesas com captações, na demonstração do resultado. A Corporação não detinha derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam refletidos com o método dos juros efetivos. Os montantes contabilizados como despesa são amortizados e incluídos em Despesas com captações, na demonstração do resultado.

Ativo fixo — A Corporação demonstra o ativo fixo ao custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data da transação. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando valores que se aproximam da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos em (Ganhos)/Perdas em operações cambiais, líquido, na demonstração do resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A Codificação exige que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre mensurações a valor justo, repetidas e não repetidas.

O “valor justo” é definido nos GAAP como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na cessão de um passivo em uma transferência regular entre participantes do mercado, na data de mensuração, conforme as condições de mercado existentes. A mensuração ao valor justo também pressupõe que a operação de venda do ativo ou de cessão do passivo ocorra no mercado principal ou então, inexistindo um mercado principal, no mercado que for o mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Corporação utiliza vários métodos de avaliação para definir o valor justo, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. A Codificação estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado suporiam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1** — Preços cotados em mercados ativos, sem reajuste, para ativos ou passivos idênticos.

Os ativos e passivos com dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários negociados de forma ativa e representam, basicamente, títulos do governo dos Estados Unidos e de suas agências.

- **Nível 2** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; em preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares, mas sem negociação ativa; ou em modelos de formação de preços com todos os dados significativos direta ou indiretamente observáveis, durante o prazo praticamente total do ativo ou passivo.

Os ativos e passivos com dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, correspondendo basicamente a investimentos em obrigações de governos que não dos Estados Unidos, títulos privados, contratos de derivativos e captações estruturadas.

- **Nível 3** — Avaliações baseadas em dados não observáveis e significativos para a mensuração geral de valor justo.

Os ativos que utilizam os dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos.

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como, por exemplo, o tipo do produto e outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um grau maior de decisão pontual. Dessa forma, é maior o grau de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

mensuração de valor justo podem ser classificados em diferentes níveis na hierarquia de valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração de valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja significativo para a mensuração integral de valor justo.

O cálculo do valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros da Corporação é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, spreads de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o Tópico 820 da ASC, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também levaria em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (*credit default swaps*) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 e no Nível 2 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: Para mensurar o valor justo de empréstimos concedidos a determinadas instituições financeiras nos termos de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais os dados informativos em geral disponíveis são tanto observáveis como não observáveis, a metodologia empregada pela Corporação requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimativa do valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados.

Para determinados investimentos da Corporação em empréstimos privados e instituições financeiras, torna-se inviável estimar o valor justo, considerando a natureza (empresas de pequeno e médio porte) e a localização geográfica do destinatário do empréstimo. Os contratos de empréstimo da Corporação refletem as características de risco e as necessidades específicas de cada tomador. Também é conferida à Corporação a condição de credor preferencial. Essa condição não é transferível, o que restringe a capacidade da Corporação de transferir esses ativos e passivos. Além disso, é reduzido — ou mesmo inexistente — o número de operações com classificações de crédito, taxas de juros e datas de vencimento similares. Com base na experiência da administração, considera-se que, para muitos dos ativos e passivos da Corporação, há alguns países sem nenhum participante com interesse no mercado mais vantajoso ou principal da Corporação, considerando as características específicas de riscos, dimensões e prazos de cada país. Portanto, em conformidade com o Tópico 820 da ASC, são fornecidas informações adicionais sobre a estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre os empréstimos concedidos.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital social de sociedades privadas, principalmente de pequeno e médio porte, na América Latina e no Caribe e também investe em LPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LPs contabilizadas pelo valor justo.

Os investimentos diretos da Corporação em participações societárias são avaliados quanto à deterioração. Todavia, torna-se impraticável apurar com exatidão o valor justo acima do custo, já que essas são operações de investimento privado, especificamente concebidas para atuação em países-membros regionais da Corporação. Ademais, as cláusulas contratuais geralmente restringem a capacidade da Corporação para vender ativos ou transferir sua participação em seu mercado principal ou em mercados mais vantajosos, considerando as dimensões e a escala dos investimentos diretos da Corporação em participações societárias.

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, conforme alterado, são isentos de tributos e de tarifas alfandegárias em seus países-membros.

Novas normas para contabilidade e informações financeiras — Em agosto de 2015, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis (ASU ou Atualização) nº. 2015-14, que prorroga a data de entrada em vigor da ASU nº. 2014-09, *Receitas de contratos com clientes (Tópico 606)*, originalmente emitida em maio de 2014, para todas as entidades, prorrogando-a por um ano. Essa nova orientação sobre receitas não se aplica a instrumentos financeiros nem a garantias. Essa ASU prorrogou a data de entrada em vigor para os exercícios da Corporação iniciados após 15 de dezembro de 2018. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa ASU sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em maio de 2015, o FASB emitiu a ASU nº. 2015-07, *Mensuração ao valor justo (Tópico 820)*, que elimina a exigência de classificar investimentos na hierarquia de valor justo se o seu valor justo for mensurado pelo expediente prático de valor dos ativos líquidos. As exigências de divulgação para investimentos com valor justo mensurado ao valor dos ativos líquidos (ou seu equivalente) como expediente prático não são afetadas pelas alterações nessa ASU. A ASU está atualmente em vigor para a Corporação para os exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2016, e exige aplicação retrospectiva para todos os exercícios anteriores apresentados nas demonstrações financeiras. A aplicação antecipada é permitida. A Corporação adotou a aplicação antecipada dessas exigências de divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em março de 2015, a FASB emitiu a ASU nº. 2015-03, *Juros — Juros imputados (Tópico 835)*, que simplifica a apresentação dos custos de emissão de títulos de dívida no balanço patrimonial de uma entidade. Essa ASU exige que os custos de emissão de títulos de dívida relacionados com um passivo de dívida reconhecido sejam refletidos no balanço patrimonial como dedução direta do valor contábil de tal passivo de dívida, considerados os descontos de dívida. A orientação sobre reconhecimento e mensuração de custos de emissão de títulos de dívida não foi afetada pelas alterações nessa ASU. A ASU está atualmente em vigor para a Corporação para os exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2015, e exige aplicação retrospectiva para todos os exercícios anteriores apresentados nas demonstrações financeiras. A aplicação antecipada das alterações nessa Atualização é permitida. A Corporação adotou a aplicação antecipada dessa apresentação nas demonstrações financeiras.

Em fevereiro de 2015, o FASB emitiu a ASU nº. 2015-02, *Consolidação (Tópico 810) — Alterações na análise de consolidação*, que elimina o diferimento dado pela FAS 167 a empresas com investimentos em entidades que sejam sociedades de investimentos. Essa nova orientação aplica-se às sociedades do tipo “limited partnerships” e pessoas jurídicas similares, e altera as considerações para apurar se determinadas entidades são entidades com participação variável ou entidades com direito a voto. Essa nova orientação também exige que uma entidade também avalie se os acordos sobre taxas e comissões para um tomador de decisões ou prestador de serviços representam participação variável na pessoa jurídica, e como as participações de partes relacionadas afetam a definição do beneficiário principal. A ASU está atualmente em vigor para os exercícios da Corporação iniciados após 15 de dezembro de 2016. A aplicação antecipada das alterações nessa Atualização é permitida. A Corporação adotou a aplicação antecipada dessa Atualização, que não teve impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais e fluxos de caixa da Corporação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

3. Investimento em títulos e valores mobiliários

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Títulos privados	\$ 15.957	\$ 250.264
Títulos públicos (governos)	8.790	8.383
Títulos de agências governamentais	—	39.968
Títulos e valores mobiliários supranacionais	9.996	32.968
	\$ 34.743	\$ 331.583

Os ganhos líquidos não realizados com títulos e valores mobiliários para negociação foram de \$4 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 (\$197 de ganhos líquidos não realizados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Títulos privados	\$ 356.906	\$ 459.318
Títulos de agências governamentais	112.163	113.029
Títulos e valores mobiliários supranacionais	9.849	12.082
	\$ 478.918	\$ 584.429

Valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2015			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos privados	\$ 357.120	\$ 521	\$ (735)	\$ 356.906
Títulos de agências governamentais	111.951	313	(101)	112.163
Títulos e valores mobiliários supranacionais	9.881	—	(32)	9.849
	\$ 478.952	\$ 834	\$ (868)	\$ 478.918

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2014			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos privados	\$ 458.217	\$ 1.513	\$ (412)	\$ 459.318
Títulos de agências governamentais	112.482	615	(68)	113.029
Títulos e valores mobiliários supranacionais	12.086	13	(17)	12.082
	\$ 582.785	\$ 2.141	\$ (497)	\$ 584.429

Prazo de permanência contínua de títulos e valores mobiliários individuais, disponíveis para venda, em posição de perdas não realizadas:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2015					
	Inferior a 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos privados	\$ 120.574	\$ (435)	\$ 49.813	\$ (300)	\$ 170.387	\$ (735)
Títulos de agências governamentais	39.838	(101)	—	—	39.838	(101)
Títulos e valores mobiliários supranacionais	9.849	(32)	—	—	9.849	(32)
	\$ 170.261	\$ (568)	\$ 49.813	\$ (300)	\$ 220.074	\$ (868)

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2014					
	Inferior a 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos privados	\$ 96.114	\$ (412)	\$ —	\$ —	\$ 96.114	\$ (412)
Títulos de agências governamentais	27.111	(68)	—	—	27.111	(68)
Títulos e valores mobiliários supranacionais	6.979	(17)	—	—	6.979	(17)
	\$ 130.204	\$ (497)	\$ —	\$ —	\$ 130.204	\$ (497)

Alterações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda reconhecidos em Outras receitas/(perdas) abrangentes:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ganhos/(perdas) não realizados no exercício	\$ (1.628)	\$ 250
Reclassificação de (ganhos)/perdas para lucro líquido	(50)	—
Variações devidas a títulos com redução ao valor recuperável	—	—
Total reconhecido em Outras receitas/(perdas) abrangentes referentes a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	\$ (1.678)	\$ 250

O produto da venda de sete títulos disponíveis para venda totalizou \$71.109 durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nenhum vendido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014). Os ganhos realizados brutos foram de \$50, e não houve perdas realizadas brutas a partir da venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nenhum no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

Os investimentos em títulos e valores mobiliários com perdas não realizadas são o resultado de alterações nos preços no atual cenário de mercado, e não o resultado de deterioração não temporária no crédito. Em 31 de dezembro de 2015, nenhuma deterioração não temporária foi reconhecida na carteira disponível para venda da Corporação (nenhuma em 31 de dezembro de 2014). Ademais, para títulos e valores mobiliários em posição de perda não realizada, a Corporação não tem a intenção de vender títulos e valores mobiliários da carteira disponível para venda, sendo maior a probabilidade de que a Corporação não precise realizar venda antes da recuperação da parcela não relativa a crédito, reconhecida em Outras receitas/(perdas) abrangentes acumuladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Composição, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Até 1 ano	\$ 153.157	\$ 126.544
Mais de 1 e até 5 anos	325.761	457.885
	\$ 478.918	\$ 584.429

Em 29 de março de 2015, ocorreu o vencimento do título privado da Corporação correspondente a um ativo de desenvolvimento, com características similares a outros títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. O custo amortizado e o valor justo desse título privado totalizaram US\$ 39.902 e US\$ 40.423, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014. Os ganhos brutos não realizados foram de US\$ 521 e as perdas brutas não realizadas foram zero para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, o total de receitas de juros, líquido de amortização de âgios e acréscimo de descontos foi de US\$ 6.998 (US\$ 7.506 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

4. Empréstimos concedidos e participações societárias

A Corporação aplica medidas específicas de observação das concentrações e monitora seus investimentos em empréstimos, no tocante a risco de crédito, e suas participações societárias e LPs, no tocante ao risco de mercado e ao potencial de efeitos relacionados das concentrações geográficas. Em 31 de dezembro de 2015, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram Brasil, Peru e Panamá (Brasil, Peru e Chile em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015, os investimentos em aberto em empréstimos e em participações societárias e LPs, expressos em moeda estrangeira, totalizaram US\$49.678{ (\$62.072 em 31 de dezembro de 2014). As exposições da Corporação com investimentos em empréstimos e participações societárias multinacionais são designadas como Regionais na tabela abaixo.

Distribuição da carteira em aberto, por país e por setor:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro					
	2015			2014		
	Empréstimos	Participações societárias	Total	Empréstimos	Participações societárias	Total
Brasil	\$ 110.345	\$ 933	\$ 111.278	\$ 129.905	\$ 1.882	\$ 131.787
Peru	103.688	1.750	105.438	112.506	—	112.506
Panamá	97.864	4.000	101.864	95.333	4.000	99.333
Costa Rica	99.979	—	99.979	103.719	—	103.719
México	82.380	9.051	91.431	81.533	11.196	92.729
Chile	88.515	1.600	90.115	109.453	1.600	111.053
Colômbia	83.608	463	84.071	90.130	1.099	91.229
Equador	81.631	—	81.631	59.680	—	59.680
El Salvador	34.127	—	34.127	19.767	—	19.767
Nicarágua	32.332	—	32.332	41.169	—	41.169
Uruguai	31.795	—	31.795	34.242	—	34.242
Argentina	29.595	151	29.746	41.899	114	42.013
Paraguai	24.517	—	24.517	34.946	—	34.946
Regional	14.264	8.323	22.587	20.677	4.373	25.050
República Dominicana	13.706	205	13.911	18.235	914	19.149
Honduras	10.117	—	10.117	13.632	—	13.632
Guatemala	9.039	—	9.039	8.618	—	8.618
Jamaica	6.621	—	6.621	8.283	—	8.283
Haiti	5.453	—	5.453	1.565	—	1.565
Estado Plurinacional da Bolívia	1.134	3.000	4.134	1.737	—	1.737
Bahamas	562	—	562	125	—	125
	\$ 961.272	\$ 29.476	\$ 990.748	\$ 1.027.154	\$ 25.178	\$ 1.052.332
Serviços financeiros	\$ 680.576	\$ 7.586	\$ 688.162	\$ 711.237	\$ 5.051	\$ 716.288
Energia	56.957	1.750	58.707	84.230	—	84.230
Produtos agrícolas	33.392	—	33.392	35.947	—	35.947
Transporte e logística	31.583	—	31.583	26.231	—	26.231
Construção, materiais e instalações	23.678	3.086	26.764	10.019	3.611	13.630
Fertilizantes e serviços agrícolas	22.719	—	22.719	26.251	—	26.251
Hotelaria e turismo	15.073	—	15.073	12.890	—	12.890
Distribuição e varejo	10.737	3.802	14.539	18.353	2.575	20.928
Alimentos e bebidas	12.954	—	12.954	13.636	—	13.636
Madeira, papel e celulose	12.138	—	12.138	7.442	—	7.442
Pecuária e avicultura	11.514	—	11.514	9.562	—	9.562
Informação, comunicações e tecnologia	6.094	4.205	10.299	2.680	914	3.594
Fundos de investimento	1.158	9.047	10.205	1.158	13.027	14.185
Serviços públicos	9.541	—	9.541	9.986	—	9.986
Manufatura em geral	8.014	—	8.014	12.141	—	12.141
Têxteis, confecções e couro	7.832	—	7.832	8.997	—	8.997
Serviços e suprimentos de saúde	5.998	—	5.998	6.592	—	6.592
Petróleo, gás e mineração	4.302	—	4.302	8.651	—	8.651
Educação	2.616	—	2.616	5.145	—	5.145
Aquicultura e pesca	2.596	—	2.596	13.310	—	13.310
Serviços	1.382	—	1.382	1.000	—	1.000
Contêineres e embalagem	418	—	418	1.696	—	1.696
	\$ 961.272	\$ 29.476	\$ 990.748	\$ 1.027.154	\$ 25.178	\$ 1.052.332

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Empréstimos concedidos e participações societárias

Os ativos de desenvolvimento da Corporação decorrem de atividades de concessão de empréstimos e de investimento, as quais incluem empréstimos, investimentos em participações societárias e determinadas LPs, investimentos em títulos e valores mobiliários e garantias, visando à promoção do desenvolvimento econômico dos países-membros regionais em desenvolvimento da Corporação, mediante a constituição, expansão e modernização de empresas privadas, preferivelmente de pequeno ou médio porte. A carteira da Corporação é segmentada entre instituições financeiras e empresas privadas. Todos os ativos de desenvolvimento são avaliados individualmente para o monitoramento e a avaliação de desempenho de crédito e risco de mercado.

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2015		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
Empréstimos	\$ 681.734	\$ 279.538	\$ 961.272
Participações societárias	16.633	12.843	29.476
	\$ 698.367	\$ 292.381	\$ 990.748

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2014:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2014		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
Empréstimos	\$ 712.395	\$ 314.759	\$ 1.027.154
Participações societárias	18.078	7.100	25.178
Títulos e valores mobiliários*	39.902	—	39.902
	\$ 770.375	\$ 321.859	\$ 1.092.234

*Representa investimento em título emitido em país-membro regional em desenvolvimento ou por entidades com domicílio em tal país, cujo produto seja empregado em atividades de desenvolvimento.

Resumo dos investimentos via empréstimos e participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2015
Empréstimos	\$ 191.022
Participações societárias	22.498
	\$ 213.520

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. O saldo em aberto do principal da carteira de empréstimos a taxas fixas totalizou US\$ 189.098 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 237.139 em 31 de dezembro de 2014). Em geral, o reapreçamento dos empréstimos da Corporação a taxa variável ocorre no prazo de um ano.

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2015:

31 de dezembro de 2015						
Em milhares de US\$	1-90 dias de atraso	> 90 dias de atraso com apropriação de receitas	> 90 dias de atraso sem apropriação de receitas	Total de atraso	Empréstimos adimplentes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ 1.250	\$ —	\$ 1.596	\$ 2.846	\$ 678.888	\$ 681.734
Empresas	135	84	6.292	6.511	273.027	279.538
Total de empréstimos vencidos	\$ 1.385	\$ 84	\$ 7.888	\$ 9.357	\$ 951.915	\$ 961.272
Como % da carteira de empréstimos	0,14%	0,01%	0,82%	0,97%	99,03%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 36.746					
Cobertura				392,71%		3,82%

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2014:

31 de dezembro de 2014						
Em milhares de US\$	1-90 dias de atraso	> 90 dias de atraso com apropriação de receitas	> 90 dias de atraso sem apropriação de receitas	Total de atraso	Empréstimos adimplentes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 3.180	\$ 3.180	\$ 709.215	\$ 712.395
Empresas	3.104	—	17.014	20.118	294.641	314.759
Total de empréstimos vencidos	\$ 3.104	\$ —	\$ 20.194	\$ 23.298	\$ 1.003.856	\$ 1.027.154
Como % da carteira de empréstimos	0,30%	0,00%	1,97%	2,27%	97,73%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 47.895					
Cobertura				205,58%		4,66%

Os empréstimos concedidos pela Corporação para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido, totalizaram US\$ 11.685 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 31.137 em 31 de dezembro de 2014). O total corrente de empréstimos sem apropriação de receitas foi de US\$ 1.726 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 10.928 em 31 de dezembro de 2014). Os juros recebidos sobre empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizaram US\$ 1.524 (US\$ 669 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo do investimento refletido em empréstimos com apropriação de receitas interrompida, contabilizados ao custo amortizado, conforme o tipo de investimento:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Empresas	\$ 8.443	\$ 26.392
Instituições financeiras	3.242	4.745
Total de empréstimos sem apropriação de receitas	\$ 11.685	\$ 31.137
Carteira de empréstimos	\$ 961.272	\$ 1.027.154
Carteira de empréstimos sem apropriação de receitas	1,22%	3,03%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 36.746	\$ 47.895
Cobertura de não apropriação de receitas	314,47%	153,82%

Resumo do cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação, com principal desembolsado e em aberto:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro			
	2015		2014	
	Principal em aberto	Rendimento médio ponderado	Principal em aberto	Rendimento médio ponderado
Vencimento até 1 ano	\$ 250.056	4,52%	\$ 335.004	3,91%
Vencimento em mais de 1 e até 5 anos	626.861	3,96%	591.532	4,31%
Vencimento em mais de 5 anos e após	84.355	5,77%	100.618	5,74%
	\$ 961.272		\$ 1.027.154	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável totalizou US\$ 10.039 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 16.969 em 31 de dezembro de 2014). A média dos empréstimos com redução no valor recuperável durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de US\$ 12.249 (US\$ 16.006 em 31 de dezembro de 2014). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de US\$ 5.588 e US\$ 10.566, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, inexistia reestruturação de dívida problemática na carteira de empréstimos (US\$ 0 em 31 de dezembro de 2014).

A Corporação recebeu recuperações parciais de empréstimos concedidos a empresas privadas e instituições financeiras nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos, por tipo de investimento:

Em milhares de US\$	2015			2014		
	Instituições financeiras	Empresas	Total	Instituições financeiras	Empresas	Total
Saldo em 1º de janeiro	\$ 19.794	\$ 28.101	\$ 47.895	\$ 22.189	\$ 24.867	\$ 47.056
Baixa contábil de empréstimos concedidos, líquido	—	(5.319)	(5.319)	—	(351)	(351)
Recuperações	—	441	441	413	685	1.098
Provisão para perdas com empréstimos	(1.763)	(4.508)	(6.271)	(2.808)	2.900	92
Saldo em 31 de dezembro	\$ 18.031	\$ 18.715	\$ 36.746	\$ 19.794	\$ 28.101	\$ 47.895

Resumo dos empréstimos da Sociedade ao custo amortizado conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento em 31 de dezembro de 2015:

31 de dezembro de 2015				
Classificação interna de risco de crédito	Instituições financeiras	Empresas	Total	Equivalente S&P
bbb+	\$ 25.000	\$ —	\$ 25.000	BBB+
bbb	70.000	—	70.000	BBB
bbb-	145.327	—	145.327	BBB-
bb+	91.845	—	91.845	BB+
bb	166.952	4.063	171.015	BB
bb-	73.852	41.094	114.946	BB-
b+	46.511	76.586	123.097	B+
b	50.947	106.266	157.213	B
b-	9.704	31.961	41.665	B-
ccc-d	1.596	19.568	21.164	CCC-D
Total	\$ 681.734	\$ 279.538	\$ 961.272	

A descrição a seguir é uma descrição geral da classificação de crédito. O sinal positivo (+) ou negativo (-) indica a posição relativa de um devedor específico dentro das principais categorias de avaliação:

- **bbb** — O devedor tem capacidade adequada de cumprir seus compromissos financeiros. Todavia, condições econômicas adversas ou circunstâncias alteradas apresentam maior probabilidade de acarretar uma capacidade diminuída do devedor para cumprir seus compromissos financeiros.
- **bb** — O devedor tem capacidade de cumprir seus compromissos financeiros. Todavia, o devedor enfrenta incertezas contínuas de grande monta e exposição a condições empresariais, financeiras ou econômicas adversas, com possibilidade de acarretar capacidade inadequada de cumprimento de seus compromissos financeiros.
- **b** — O devedor tem capacidade momentânea de cumprir seus compromissos financeiros. Existe probabilidade de que as condições empresariais, financeiras ou econômicas adversas afetarão a capacidade do devedor de cumprir seus compromissos financeiros.
- **ccc a d** — O devedor está em posição de alta vulnerabilidade e depende de condições empresariais, financeiras ou econômicas favoráveis para que consiga cumprir seus compromissos financeiros, sem as quais ficará inadimplente (d).

Resumo dos empréstimos da Sociedade ao custo amortizado conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento, com aplicação dos indicadores de crédito anteriores, em 31 de dezembro de 2014:

31 de dezembro de 2014			
Categoria	Instituições financeiras	Empresas	Total
A	\$ 668.404	\$ 248.521	\$ 916.925
B	40.811	38.446	79.257
Sofrível (abaixo do padrão)	—	14.004	14.004
Duvidoso	3.180	13.418	16.598
Perda	—	370	370
Total	\$ 712.395	\$ 314.759	\$ 1.027.154

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Descrição geral dos indicadores de qualidade de crédito qualidade anteriores, em 31 de dezembro de 2014:

Indicador de qualidade de crédito	Descrição
A	Esta categoria inclui as sociedades consideradas capazes de cumprir suas obrigações, cuja posição financeira não esteja afetada por variáveis internas e/ou externas que pudessem colocar em risco tal capacidade. A provisão geral atribuída aos projetos com classificação A é entre 0.40% e 6.15% para dívidas principais e entre 0,55% e 8,45% para dívidas subordinadas, segundo os resultados de uma análise específica das variáveis de risco.
B	A sociedade é considerada capaz de cumprir suas obrigações, mas enfrenta problemas internos e/ou externos que, se persistentes, poderiam colocar em risco tal capacidade. A provisão geral atribuída aos projetos com classificação B é 8,70% para dívidas principais e 12,00% para dívidas subordinadas.
Sofrível (abaixo do padrão)	As condições atuais de condição financeira e de capacidade de pagamentos da sociedade podem afetar negativamente a cobrança, mas inexistente expectativa de perda do principal. A geração de fluxo de caixa da sociedade mostra sinais persistentes de deterioração. Se mantidas as deficiências persistentes e claras que a sociedade demonstra, tal fato poderá acarretar a incapacidade de quitação integral das obrigações perante a CII. A sociedade está inadimplente ou mostra um risco crescente de inadimplemento, caso as deficiências não sejam corrigidas. São necessárias mudanças significativas na estrutura financeira ou operacional para que a boa classificação de crédito da sociedade seja recuperada. A provisão geral atribuída aos projetos com classificação Sofrível (abaixo do padrão) é 21,65% para dívidas principais e 29,85% para dívidas subordinadas.
Duvidoso	A sociedade é incapaz de pagar até mesmo o serviço de suas dívidas, com a cobrança considerada improvável, seja por pagamentos baseados no desempenho financeiro da sociedade, seja por pagamentos feitos por patrocinadores ou por execução da garantia real. A solvência da sociedade está prejudicada, com probabilidade crescente de perda. Uma reestruturação de grandes proporções é exigida para o investimento e/ou a operação, com várias ações específicas a serem empreendidas (liquidação, recapitalização, etc.) Para projetos classificados como duvidosos, é feita uma análise externa do fluxo de caixa, conforme subtópico 310-10-35 da ASC, para definir a provisão necessária.
Perda	O empréstimo da CII é considerado total ou parcialmente incobrável. Existe a probabilidade de que o projeto esteja em situação de insolvência ou falência e pode ter encerrado suas operações. O produto da execução da garantia real ou da cobrança dos garantes será insuficiente para recuperação integral do investimento feito pela CII. Para projetos classificados como Perda, é feita uma análise externa do fluxo de caixa, conforme o subtópico 310-10-35 da ASC, para definir a provisão necessária.

Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2015, a Corporação tinha dez investimentos diretos em participações societárias (oito em 31 de dezembro de 2014), no valor contábil de US\$ 20.429 (US\$ 12.151 em 31 de dezembro de 2014). Os investimentos diretos em participações societárias são informados ao custo, após redução ao valor recuperável. As perdas com redução não temporária ao valor recuperável no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram de US\$ 717 (US\$ 289 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

A Corporação tinha doze investimentos em LPs ao valor justo de US\$ 9.047 em 31 de dezembro de 2015 (dez ao valor justo de US\$ 13.027 em 31 de dezembro de 2014). Os investimentos da Corporação em LPs podem, em geral, ser liquidados num período de 10 anos, com até duas prorrogações de um ano cada.

5. Contas a receber e outros ativos

Resumo de Contas a receber e outros ativos:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Outros ativos circulantes		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 7.092	\$ 8.000
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	1.459	3.299
Outros ativos circulantes	9.325	8.560
	17.876	19.859
Outros ativos não circulantes		
Ativo líquido do PBPA	1.946	—
Outros ativos não circulantes	2.865	1.065
	4.811	1.065
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 22.687	\$ 20.924

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo líquido do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA) reflete a situação de superávit do Plano. Vide nota explicativa nº 14.

6. Contas a pagar e outras obrigações

Resumo de Contas a pagar e outras obrigações:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Passivo líquido do Plano de Pensões	\$ 24.106	\$ 22.221
Contas a pagar e outras obrigações	9.193	3.887
Receitas diferidas	6.414	7.010
Benefícios a funcionários, a pagar	5.940	5.052
Contas a pagar a outras entidades do Grupo BID	2.216	2.507
Passivo líquido do PBPA	—	2.680
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 47.869	\$ 43.357

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o passivo líquido do Plano de Pensões reflete a situação de subcapitalização do Plano. Em 31 de dezembro de 2014, o passivo líquido do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria reflete a situação de subcapitalização do Plano. Vide nota explicativa nº 14.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

7. Captações

Captações em aberto, por moeda:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro			
	2015		2014	
	Valor em aberto	Custo médio ponderado	Valor em aberto	Custo médio ponderado
Dólar dos EUA	\$ 539.693	0,66%	\$ 1.026.057	0,78%
Peso mexicano	46.380	3,49%	54.261	3,82%
Real brasileiro	11.526	10,20%	16.945	10,20%
Euro	857	0,87%	1.338	1,07%
	\$ 598.456		\$ 1.098.601	
Captações de curto prazo	(57.761)		(533.957)	
Captações de longo prazo	\$ 540.695		\$ 564.644	

O plano geral de captação de recursos da Corporação leva em conta a estratégia e a previsão de liquidez. A estratégia atual para risco de liquidez exige da Corporação a existência de uma liquidez suficiente para cobrir as exigências previstas de liquidez operacional durante no mínimo 18 meses. As exigências de liquidez operacional incluem as projeções de desembolsos, despesas administrativas e outras, bem como captações em expiração, exigindo efetivamente que os vencimentos futuros tenham uma cobertura de recursos, em geral, com antecedência mínima de 18 meses.

Há uma linha de crédito rotativo disponível para a Corporação no BID, desde 1997, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito, com US\$ 200.000 ainda disponíveis para desembolso. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso. Renovada por quatro vezes, essa linha de crédito expira em novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2015, a Corporação captou US\$ 46.380 (800 milhões de pesos mexicanos) de sua linha de crédito em moeda estrangeira. O crédito é rotativo e expira em junho de 2016. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 320.000 em 31 de dezembro de 2015.

Em 16 de novembro de 2012, a Corporação emitiu notas em dólares dos EUA, à taxa LIBOR para três meses mais 0,35%, como parte de seu programa de notas a médio prazo em euros (Euro Medium-Term Note (EMTN) Program) nos mercados de capital, no valor de US\$ 350.000, com vencimento em 2015. Seguiu-se uma emissão adicional no valor de US\$ 50.000 em 19 de fevereiro de 2013, com ágio e vencimento em 2015. Essa notas venceram em 16 de novembro de 2015.

Em 2 de outubro de 2014, a Corporação fez uma emissão adicional de notas em dólares dos EUA, à taxa LIBOR para três meses mais 0,14%, no valor de US\$ 400.000, nos termos de seu Programa EMTN, com vencimento em 2017. Os juros sobre as notas são devidos trimestralmente.

Em 27 de abril de 2012, a Corporação emitiu títulos em moeda estrangeira à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) mais 0,22%, no montante de US\$ 61.472 (800 milhões de pesos mexicanos), antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão. Esses títulos venceram em 24 de abril de 2015.

Cronograma de vencimentos das captações em aberto, excluindo a amortização de custos de emissão de títulos de dívida:

Em milhares de US\$	2016	2017	2018	2019	2020	Até 2023
Captações	\$ 57.906	\$ 400.000	\$ 857	\$ —	\$ —	\$ 140.000
	\$ 57.906	\$ 400.000	\$ 857	\$ —	\$ —	\$ 140.000

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Despesas com captações inclui despesas financeiras de US\$ 9.008, as quais incluem a amortização de custos de emissão de títulos de dívida de US\$ 331 (US\$12.014 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, inclusive custos de emissão de títulos de dívida de US\$ 557). O saldo não amortizado dos custos de emissão de títulos de dívida no ativo da Corporação é de US\$ 307 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 640 em 31 de dezembro de 2014).

8. Capital

O capital inicial autorizado da Corporação aumentou de US\$ 200 milhões para US\$ 705,9 milhões, equivalente a 70.590 ações, mediante aumento geral de capital de US\$ 500 milhões aprovado em 1999 (AGC-I), e foi ainda objeto de diversos aumentos específicos. Os aumentos alocaram um total de US\$ 505,9 milhões para subscrição por países-membros novos e existentes, durante os períodos de subscrição, conforme estipulado nas respectivas resoluções. A Corporação emitiu ações integrais no valor nominal e preço de emissão de US\$ 10.000 cada, correspondentes aos referidos aumentos de capital autorizados.

Em 30 de março de 2015, as Assembleias de Governadores da Corporação e do BID aprovaram a reorganização na Corporação das atividades do Grupo BID no setor privado e autorizaram o segundo aumento geral de capital (AGC-II) da Corporação. O AGC-II aumenta o capital acionário autorizado da Corporação em US\$ 2,03 bilhões, equivalente a 125.474 ações — com 80.662 ações correspondentes aos novos aportes de capital devidos pelos países (Anexo A da resolução das Assembleias) e 44.812 ações correspondentes às transferências do BID em favor de seus países-membros (Anexo B da resolução das Assembleias) — a um preço de emissão de US\$ 16.178,60 por ação. O período de subscrição inicial para as ações do Anexo A encerrou-se em 27 de outubro de 2015, com subscrição de 54.762 ações. Em 1º de dezembro de 2015, a Diretoria Executiva aprovou uma proposta de realocação, com designação para subscrição das 25.900 ações do Anexo A remanescentes. As ações subscritas são contabilizadas na data do instrumento de subscrição pelo respectivo preço de emissão, com expectativa de integralização nos prazos. As ações do Anexo B serão emitidas mediante aprovação anual das transferências pela Assembleia de Governadores do BID, com início em 2018 e continuação até 2025. Após esse aumento de capital, o capital acionário autorizado da Corporação totaliza 196.064 ações.

Nos termos do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, qualquer membro pode se retirar da Corporação, mediante notificação de sua intenção de retirar-se, enviada por escrito à sede da Corporação. A retirada será considerada vigente na data indicada na notificação, mas sempre no mínimo seis meses após a data de entrega da notificação à Corporação. Mesmo após sua retirada, o membro continuará responsável por todas as obrigações que tenha para com a Corporação na data de entrega da notificação de retirada.

No caso de saída da Corporação, as condições de encerramento da participação e de reaquisição das ações poderão ser acordadas entre a Corporação e o membro, conforme os termos considerados adequados às circunstâncias. Se nenhum acordo for obtido no prazo de três meses a contar da data em que o membro houver manifestado sua intenção de retirar-se, ou em outro prazo acordado entre ambas as partes, o preço de reaquisição das ações desse membro será igual ao seu valor contábil na data de encerramento da participação, conforme apurado pela Corporação em suas demonstrações financeiras auditadas. O pagamento das ações deverá ser efetuado de acordo com as parcelas, as datas e as moedas disponíveis que a Corporação possa definir, levando em conta sua própria posição financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Capital subscrito e subscrições de capital a integralizar pelos membros:

Em 31 de dezembro				
Ações	Montante	Ações adicionais integralizadas*	A receber de membros**	
		Em milhares de US\$		
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ —	\$ —
Argentina	17.281	172.810	56.794	148.714
Áustria	737	7.370	2.422	6.342
Bahamas	308	3.080	1.013	2.653
Barbados	216	2.160	710	1.860
Bélgica	169	1.690	—	—
Belize	101	1.010	—	—
Brasil	17.281	172.810	56.794	149.171
Canadá	320	3.200	1.050	2.750
Chile	4.279	42.790	14.062	36.822
Colômbia	4.456	44.560	14.643	38.343
Costa Rica	671	6.710	2.206	5.776
Dinamarca	1.071	10.710	—	—
El Salvador	671	6.710	2.206	5.776
Equador	933	9.330	3.064	8.024
Espanha	5.324	53.240	17.498	45.818
Estado Plurinacional da Bolívia	1.389	13.890	4.566	11.956
Estados Unidos	16.019	160.190	—	—
Finlândia	839	8.390	2.756	7.216
França	2.868	28.680	4.362	11.422
Guatemala	897	8.970	2.947	7.717
Guiana	256	2.560	840	2.200
Haiti	671	6.710	2.206	5.776
Honduras	671	6.710	2.206	5.776
Israel	370	3.700	1.217	3.187
Itália	4.619	46.190	15.181	39.751
Jamaica	420	4.200	—	—
Japão	4.680	46.800	13.519	35.399
México	11.124	111.240	36.559	97.799
Nicarágua	671	6.710	2.206	5.776
Noruega	839	8.390	2.756	7.215
Países Baixos	1.071	10.710	—	—
Panamá	699	6.990	2.298	6.018
Paraguai	699	6.990	2.298	6.018
Peru	4.456	44.560	14.643	38.343
Portugal	389	3.890	1.279	3.349
República Bolivariana da Venezuela	9.210	92.100	30.269	79.259
República da Coreia	333	3.330	1.094	2.864
República Dominicana	933	9.330	3.065	8.195
República Popular da China	333	3.330	1.093	2.864
Suécia	839	8.390	2.756	7.216
Suíça	2.288	22.880	7.519	19.689
Suriname	105	1.050	—	40
Trinidad e Tobago	671	6.710	2.206	5.776
Uruguai	1.841	18.410	6.049	15.839
Total 2015	125.352	\$ 1.253.520	\$ 338.352	\$ 888.709
Total 2014	70.590	\$ 705.900	\$ —	\$ 7.547

*Representa o montante acima do valor nominal de ações subscritas por países-membros conforme o AGC-II.

**Representa o montante a receber de membros conforme AGC-I e AGC-II.

9. Mensurações e variações de valor justo

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base na hierarquia de valor justo conforme o Tópico 820 da ASC.

O seguinte quadro com hierarquia de valor justo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de US\$	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)
ATIVO			
Títulos privados	\$ 372.863	\$ —	\$ 372.863
Títulos de agências governamentais	112.163	—	112.163
Títulos públicos (governos)	8.790	—	8.790
Títulos e valores mobiliários supranacionais	19.845	—	19.845
	\$ 513.661	\$ —	\$ 513.661

O seguinte quadro com hierarquia de valor justo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2014:

Em milhares de US\$	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)
ATIVO			
Títulos privados	\$ 709.582	\$ —	\$ 709.582
Títulos de agências governamentais	152.997	—	152.997
Títulos e valores mobiliários supranacionais	45.050	—	45.050
Títulos públicos (governos)	8.383	—	8.383
	\$ 916.012	\$ —	\$ 916.012

Ganhos e perdas com as variações no valor justo, incluindo impacto cambial, para itens mensurados ao valor justo, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de US\$	Variações de valor justo incluídas em lucros do exercício
Títulos privados	\$ 479
Títulos públicos (governos)	186
Títulos e valores mobiliários supranacionais	41
Títulos de agências governamentais	36
Sociedades de responsabilidade limitada LPs	(4.910)
	\$ (4.168)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Ganhos e perdas com as variações no valor justo, incluindo impacto cambial, para itens mensurados ao valor justo, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Em milhares de US\$	Variações de valor justo incluídas em lucros do exercício
Títulos públicos (governos)	\$ 927
Títulos privados	758
Títulos de agências governamentais	28
Títulos e valores mobiliários supranacionais	6
Sociedades de responsabilidade limitada LPs	(1.876)
	\$ (157)

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados ao valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza de liquidez ou curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber e outros ativos, Contas a pagar e outras obrigações.

Em 31 de dezembro de 2015, a avaliação de praticamente todos os investimentos em títulos e valores mobiliários baseia-se nos preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou em preços derivados de modelos alternativos de formação de preços, já que inexistem preços disponíveis de venda nos mercados. Esses métodos aplicam-se a determinados investimentos em obrigações de governos que não os Estados Unidos, agências e títulos de dívida privada. Também são incluídos títulos do tipo *commercial paper* (CP) e certificados de depósito (CD) emitidos em bases específicas, nos termos de grandes programas de CP ou CD sediados nos Estados Unidos. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são mensurados ao valor justo mediante o emprego de técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de lucratividade. Não houve nenhuma transferência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nenhuma no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014).

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2015, e para os empréstimos com viabilidade de apuração do valor justo, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais juros acumulados, foi de US\$ 420.506 (US\$ 418.161 em 31 de dezembro de 2014), e seu valor justo estimado foi de US\$ 416.982 (US\$ 422.044 em 31 de dezembro de 2014). A administração concluiu que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos concedidos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países-membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 542.683 (US\$ 636.559 em 31 de dezembro de 2014), com taxas de juros que variam de 1,25% a 13,00% (1,18% a 13,25% em 31 de dezembro de 2014) e com vencimentos de menos de um ano a 18 anos (menos de um ano a 15 anos em 31 de dezembro de 2014). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo informado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

As captações da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo conforme o Tópico 825 da ASC, *Opção do valor justo*. O valor justo das captações da Corporação é estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações. Em 31 de dezembro de 2015, o valor justo das captações da Corporação totalizou US\$ 486.913 (US\$ 952.001 em 31 de dezembro de 2014). A Corporação não tinha captações contabilizadas ao valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Como medida prática, o valor justo para investimentos em LPs foi apurado com base no valor patrimonial estimado, conforme fornecido pelas LPs. Os valores patrimoniais fornecidos pelas LPs são derivados dos valores justos dos investimentos pertinentes, na data da declaração. Todos os investimentos que utilizam o valor patrimonial para calcular o valor justo: (a) não têm um valor justo prontamente apurável e (b) preparam demonstrações financeiras em consonância com os princípios de mensuração de uma sociedade de investimentos ou têm os atributos de uma sociedade de

investimentos. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no valor patrimonial quando se torna aparente uma diferença significativa entre ele e o valor justo.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo foi de US\$ 20.429 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 12.151 em 31 de dezembro de 2014). No caso dos investimentos diretos da Corporação em participações societárias, embora os investimentos sejam examinados quanto à possibilidade de redução ao valor recuperável, torna-se impraticável apurar com exatidão o valor justo acima dos custos, já que essas são operações de investimento privado, principalmente concebidas para empresas de pequeno e médio porte e instituições financeiras que atuam nos países-membros regionais da Corporação.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 9.047 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 13.027 em 31 de dezembro de 2014). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, incluído em Variações no valor justo de investimentos em participações societárias e atribuível a variação em perdas líquidas não realizadas, referente aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 4.743 (US\$ 1.692 em perdas líquidas não realizadas em 31 de dezembro de 2014). Inexistiam investimentos em LPs contabilizadas ao custo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

10. Garantias

Em algumas ocasiões, a Corporação pode oferecer garantias financeiras para várias finalidades, contra recebimento de uma taxa de garantia. Em termos gerais, as garantias oferecidas pela Corporação têm vencimentos compatíveis com os vencimentos da carteira de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2015, a Corporação não tinha nenhum contrato de garantia em aberto (nenhum em 31 de dezembro de 2014). Em acréscimo, não foi recebido nenhum aviso de inadimplemento desde o início do programa de garantias da Corporação.

O potencial máximo de exposição, que representa a possibilidade de perdas no âmbito das garantias se houvesse um inadimplemento total da parte garantida, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, totalizou zero em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Não foi feita provisão para prejuízos com garantias na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2015 (nenhuma em 31 de dezembro de 2014). O valor justo estimado para a exigibilidade com garantias foi de zero em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Ocorreu o vencimento de uma das garantias em 17 de outubro de 2014.

11. Contingências

No curso normal de seus negócios, a Corporação é ré, corré ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às operações de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação, nem os resultados de suas operações ou seus fluxos de caixa.

12. Procedimentos relativos à disponibilização de empréstimos

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras com respeito à disponibilização de determinados empréstimos. Esses procedimentos são administrados e monitorados pela Corporação, em lugar e vez dos participantes. A estrutura dos procedimentos obriga os credores participantes a prover recursos para sua respectiva parcela de cada empréstimo, sem direito de regresso contra a Corporação.

Com vigência a partir, inclusive, de 1º de janeiro de 2016 e por um prazo de sete anos, a Corporação administrará operações com possibilidade de incluir financiamento do BID ou fundos administrados pelo BID.

13. Operações com partes relacionadas

O BID presta à Corporação determinados serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação tem com o BID um contrato de arrendamento para a sua sede, a vencer em 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritório e por determinados serviços de apoio administrativo:

Em milhares de US\$	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014
Espaço de escritório (sede e outros)	\$ 2.288	\$ 2.210
Serviços de apoio	793	773
Outros serviços do BID	413	318
	\$ 3.494	\$ 3.301

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

Em milhares de US\$	2016	2017	2018	2019	2020
Espaço de escritório (sede)	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 2.392	\$ 2.463
	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 2.392	\$ 2.463

Os valores devidos ao BID totalizaram US\$ 2.216 em 31 de dezembro de 2015 (US\$ 2.507 em 31 de dezembro de 2014). Vide nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Corporação havia captado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2015, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014). Após a Reorganização da atividades do Grupo BID no setor privado, além do início, em 1º de janeiro de 2016, do acordo sobre serviços de gestão de empréstimos da carteira NSG, descrito na nota explicativa nº 1, o BID e a Corporação negociam atualmente acordos sobre níveis de prestação de serviços atualizados, para determinados serviços adicionais. Esses serviços adicionais incluem recursos humanos e suporte na área de tecnologia da informação, com previsão de aumento significativo nas despesas operacionais da Corporação por serviços recebidos do BID, bem como aumento significativo nas receitas de prestação de serviços de consultoria da Corporação, por serviços prestados ao BID, a serem estabelecidos em 2016, com possibilidade de renovação para exercícios futuros.

14. Planos de Pensões e de Benefícios Pós-Aposentadoria

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Pensões, os benefícios são baseados em anos de serviço e média de remuneração. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano de Pensões.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o PBPA com base em uma tabela definida de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes apresentados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715 da ASC, *Remuneração — Benefícios de aposentadoria*.

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	2015	2014	2015	2014
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ (106.553)	\$ (85.689)	\$ (66.007)	\$ (49.150)
Custo de serviços	(4.587)	(3.256)	(2.512)	(1.900)
Custo de juros	(4.233)	(3.973)	(2.645)	(2.439)
Contribuições dos participantes	(1.051)	(999)	—	—
Alterações no plano	—	(7)	2.537	1.071
Transferências líquidas entre BID e CII	(34)	(383)	—	—
Ganhos/(perdas) atuariais	5.486	(13.527)	5.356	(14.051)
Benefícios pagos	1.913	1.281	534	464
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	(16)	(2)
Obrigações em 31 de dezembro	(109.059)	(106.553)	(62.753)	(66.007)
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos dos planos em 1º de janeiro	84.332	77.008	63.327	58.523
Transferências líquidas entre BID e CII	34	383	—	—
Rendimento real sobre os ativos dos planos	(727)	5.145	(870)	4.059
Benefícios pagos	(1.913)	(1.281)	(534)	(464)
Contribuições dos participantes	1.051	999	—	—
Contribuições do empregador	2.176	2.078	2.776	1.209
Valor justo dos ativos dos planos em 31 de dezembro	84.953	84.332	64.699	63.327
Situação de capitalização				
Situação de capitalização/(subcapitalização) em 31 de dezembro	(24.106)	(22.221)	1.946	(2.680)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (24.106)	\$ (22.221)	\$ 1.946	\$ (2.680)
Montantes reconhecidos como (passivo)/ativo:				
Ativo/(passivo) de benefícios dos planos	(24.106)	(22.221)	1.946	(2.680)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (24.106)	\$ (22.221)	\$ 1.946	\$ (2.680)
Montantes reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados:				
Ganhos/(perdas) atuariais, líquido	12.163	13.567	10.291	12.522
Custos de serviços anteriores	—	7	(3.473)	(1.062)
Ativo inicial líquido	—	—	—	—
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 12.163	\$ 13.574	\$ 6.818	\$ 11.460

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 92.617 e de US\$ 90.244 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Componentes do custo periódico líquido dos benefícios

O custo líquido dos benefícios periódicos inclui os seguintes componentes:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
Custo de serviços	\$ 4.587	\$ 3.256	\$ 2.512	\$ 1.900
Custo de juros	4.233	3.973	2.645	2.439
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(4.685)	(4.524)	(3.512)	(3.501)
Amortização de:				
Obrigação de transição	—	—	—	174
Perda atuarial líquida não reconhecida	1.330	30	1.257	197
(Crédito)/custo de serviços anteriores	7	7	(126)	—
Custo periódico líquido dos benefícios	\$ 5.472	\$ 2.742	\$ 2.776	\$ 1.209

Outras alterações nos ativos dos planos e nas obrigações por benefícios reconhecidos em Outras receitas/(perdas) abrangentes:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro		Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014
(Ganho)/perda atuarial líquido	\$ (74)	\$ 12.905	\$ (974)	\$ 13.493
Custo de serviços anteriores do exercício	—	7	—	—
Crédito de serviços anteriores	—	—	(2.537)	(1.062)
Amortização de:				
Obrigação de transição	—	—	—	(183)
Perda atuarial líquida não reconhecida	(1.330)	(30)	(1.257)	(197)
(Crédito)/custo de serviços anteriores	(7)	(7)	126	—
Total reconhecido em Outras (receitas)/perdas abrangentes	\$ (1.411)	\$ 12.875	\$ (4.642)	\$ 12.051
Total reconhecido em Custo periódico líquido dos benefícios e Outras (receitas)/perdas abrangentes	\$ 4.061	\$ 15.617	\$ (1.866)	\$ 13.260

O valor estimado de ganhos ou perdas atuariais líquidos, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo periódico líquido dos benefícios durante 2016, é de US\$ 533 para o Plano de Pensões e US\$ 286 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e na conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não

reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação por benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início de 2015 são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviço dos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondente a cerca de 11,7 anos e 11,8 anos, respectivamente.

O crédito por serviços anteriores não reconhecidos é amortizado ao longo de 8,4 anos para o PBPA.

A média ponderada das premissas usadas para apurar as obrigações por benefícios e o custo periódico líquido dos benefícios foi a seguinte:

	Plano de Pensões		PBPA	
	2015	2014	2015	2014
<i>Média ponderada das premissas de cálculo da obrigação por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	4,24%	3,88%	4,35%	3,97%
Taxa de aumento na remuneração	4,11%	4,16%		
Índice de inflação	2,15%	2,20%	2,15%	2,20%
	Plano de Pensões		PBPA	
	2015	2014	2015	2014
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	3,88%	4,85%	3,97%	4,99%
Rendimento a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,25%	6,75%	6,25%	6,75%
Taxa de aumento na remuneração	4,16%	4,30%		

A taxa anual de rendimento esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de rendimento das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora dessas taxas de rendimento na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. A taxa de desconto utilizada para apurar a obrigação por benefícios é escolhida levando-se em conta as taxas de rendimento de final de ano dos títulos privados com vencimentos que correspondam ao prazo estimado de pagamento dos benefícios. Para a taxa de inflação utilizada como premissa, a Corporação definiu um processo de análise da faixa de dados iniciais, inclusive com previsões de peritos para os próximos 10 anos, média das taxas de inflação implícita para títulos do Tesouro dos Estados Unidos com correção monetária (*U.S. Treasury Inflation Protected Securities* ou *U.S. TIPS*) para 10 e 30 anos, bem como médias históricas.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2015	2014
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2023	2019
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Custos médicos (não Medicare)	6,50%	7,00%
Custos médicos (Medicare)	3,75%	6,00%
Medicamentos	10,00%	6,00%
Odontológicos	5,00%	5,00%
Custos de aposentadoria fora dos Estados Unidos*	9,00%	6,50%

*Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com aposentadoria presumida fora dos EUA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Para os participantes com previsão de aposentadoria fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência dos custos de assistência médica de 9,00% e de 6,50% para 2015 e 2014, respectivamente, com uma taxa de tendência final de 4,50% em 2023.

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

Em milhares de US\$	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2015	2014	2015	2014
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 1.153	\$ 1.359	\$ (817)	\$ (951)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	13.985	15.917	(10.211)	(11.515)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento com alocações de ativos estratégicos de longo prazo foram criadas com a expectativa de que os rendimentos sejam suficientes para o atendimento das exigências de capitalização de longo prazo, com 65% dos ativos investidos em estratégias de rendimento. Essas políticas também alocam 35% dos ativos a investimentos em títulos de renda fixa e títulos com correção monetária dos Estados Unidos, para proteção parcial contra os efeitos de variações nas taxas de juros e de fatores inflacionários sobre os passivos do Plano de Pensões e do PBPA, bem como para proteção contra desinflação.

Os ativos do Plano de Pensões são investidos com uma meta de alocação entre 45% e 61% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívida de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 0% a 2% em imóveis públicos, 2% a 3% em imóveis privados e 0% a 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do Plano de Pensões também são investidos com exposições de 5% em títulos de renda fixa básica, 15% em títulos de renda fixa de longo prazo e 15% em títulos e valores mobiliários com correção monetária dos Estados Unidos.

Os ativos do PBPA são investidos com uma meta de alocação entre 46% e 62% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívidas de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 3% em imóveis públicos e 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do PBPA também são investidos com exposições de 15% em títulos de renda fixa de longo prazo, 5% em títulos de renda fixa básica e 15% em títulos com correção monetária dos Estados Unidos.

As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

	Plano de Pensões	PBPA
Ações dos Estados Unidos	25%	26%
Ações de outros países	24%	24%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	15%	15%
Títulos de renda fixa de longo prazo	15%	15%
Títulos de renda fixa básica	5%	5%
Ações de mercados emergentes	4%	4%
Títulos de dívida de mercados emergentes	3%	3%
Índices futuros de commodities	3%	3%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	2%	2%
Imobiliário, público	2%	3%
Imobiliário, privado	2%	0%

Os riscos são administrados por monitoramento regular de cada nível de categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa e com exercícios mensais de redistribuição. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos para o Plano de Pensões e o PBPA exige a aprovação específica de cada instrumento pelos Comitês de Administração do Plano de Pensões e do PBPA.

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, mensurados ao valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração ao valor justo, com exceção de fundos de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial líquido no curto prazo.

Em milhares de US\$	Plano de Pensões			
	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2015	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ 4.460	\$ 16.541	\$ 21.001	25%
Ações de outros países	3.161	16.740	19.901	23%
Ações de mercados emergentes	—	3.187	3.187	4%
Imobiliário, público	1.747	—	1.747	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa de longo prazo	4.385	8.206	12.591	15%
Títulos de renda fixa básica	—	4.473	4.473	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.582	1.582	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	12.599	—	12.599	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.511	2.511	3%
Índices futuros de commodities	—	22	22	0%
Fundos de investimento de curto prazo	1.680	1.237	2.917	3%
Fundos de investimento imobiliário:				
Imobiliário, privado	—	—	2.478	3%
Outros ativos/(passivos), líquido*	—	—	(56)	0%
	\$ 28.032	\$ 54.499	\$ 84.953	100%

*Inclui valores a receber e a pagar contabilizados a montantes próximos ao valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Plano de Pensões				
Em milhares de US\$	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2014	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ 4.346	\$ 16.606	\$ 20.952	25%
Ações de outros países	3.336	16.370	19.706	23%
Ações de mercados emergentes	—	3.278	3.278	4%
Imobiliário, público	1.854	—	1.854	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa de longo prazo	4.872	8.593	13.465	16%
Títulos de renda fixa básica	—	3.836	3.836	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.601	1.601	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	12.628	—	12.628	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.586	2.586	3%
Fundos de investimento de curto prazo	1.678	641	2.319	3%
Fundos de investimento imobiliário:				
Imobiliário, privado	—	—	2.107	2%
	\$ 28.714	\$ 53.511	\$ 84.332	100%

PBPA				
Em milhares de US\$	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2015	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.660	\$ 16.660	26%
Ações de outros países	—	15.106	15.106	23%
Ações de mercados emergentes	—	2.354	2.354	4%
Fundos de investimento imobiliário público	2.013	—	2.013	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longo prazo	3.179	6.114	9.293	14%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	1.193	1.193	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.024	2.024	3%
Títulos de renda fixa básica	—	3.256	3.256	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	9.592	—	9.592	15%
Fundos de investimento de curto prazo	2.567	(42)	2.525	4%
Outros ativos/(passivos), líquido*	—	—	683	1%
	\$ 17.351	\$ 46.665	\$ 64.699	100%

*Inclui valores a receber e a pagar contabilizados a montantes próximos ao valor justo.

Em milhares de US\$	PBPA			
	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2014	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.943	\$ 16.943	27%
Ações de outros países	—	15.148	15.148	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.340	2.340	4%
Fundos de investimento imobiliário público	2.129	—	2.129	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longo prazo	3.559	6.364	9.923	16%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	1.218	1.218	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	1.925	1.925	3%
Títulos de renda fixa básica	—	3.162	3.162	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	9.002	—	9.002	14%
Fundos de investimento de curto prazo	1.537	—	1.537	2%
	\$ 16.227	\$ 47.100	\$ 63.327	100%

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado — inclui ações dos Estados Unidos e de outros países, fundos mútuos de renda fixa e títulos do Tesouro dos Estados Unidos com correção monetária. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Nas combinações de fundos de gestores de investimentos exclusivos que investem em ações dos Estados Unidos, ações internacionais, dívida de mercados emergentes, fundos combinados de renda fixa, índices futuros de commodities e/ou investimentos em dívida de curto prazo, sem negociação pública, os fundos são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação na data da mensuração. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

Nas combinações de fundos privados de investimento imobiliário administrados por gestores de investimentos exclusivos, os fundos são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial desses fundos de investimento. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA, previstas para 2016, são aproximadamente de US\$ 7.740 e US\$ 4.485, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo quinquênio e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2015.

Em milhares de US\$	Plano de Pensões	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2016 – 31 de dezembro de 2016	\$ 2.471	\$ 854
1º de janeiro de 2017 – 31 de dezembro de 2017	2.700	964
1º de janeiro de 2018 – 31 de dezembro de 2018	2.848	1.068
1º de janeiro de 2019 – 31 de dezembro de 2019	3.149	1.193
1º de janeiro de 2020 – 31 de dezembro de 2020	3.356	1.297
1º de janeiro de 2021 – 31 de dezembro de 2025	21.965	8.931

15. Administração de recursos externos

A Corporação administra para outras entidades, inclusive doadores e países-membros, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que corresponde, em geral, a uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é incluída como receita de serviços de consultoria na demonstração do resultado.

16. Eventos subsequentes

A administração avaliou os eventos subsequentes até 8 de março de 2016, que é a data de emissão das demonstrações financeiras. Inexistiram eventos subsequentes que exijam divulgação segundo o Tópico 855 da ASC, *Eventos subsequentes*.

Informações de contato

Sede

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Tel.: +1 (202) 623-3900
Fax: +1 (202) 623-3815

Argentina

Esmeralda 130 Piso 17
C1035ABD, Buenos Aires
Tel.: + (54 11) 4320-1800
Fax: + (54 11) 4320-1831/7

Bolívia

Av. 6 de Agosto # 2818,
Zona de San Jorge
La Paz
Tel.: + (591)-22177700
Fax: + (591)-22391089

Chile

Avda. Pedro de Valdivia 0193
Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago
Tel.: + (562) 2431-3707/3719
Fax: + (562) 2374-2436

Colômbia

Carrera 7 No. 71-21, Torre B
Piso 19
Edifício Davivienda
Bogotá
Tel.: + (571) 325-7000
Fax: + (571) 325-7057

Costa Rica

Centro Corporativo El Cedral
Edifício A. Piso 4
300 mts Este del Peaje
Autopista Próspero Fernández
Trijos Montealegre, Escazú
Apartado postal 1343-1250
San José
Tel.: + (506) 2588-8748
Fax: + (506) 2288-7028

El Salvador

Edifício World Trade Center
Torre 1 4º Nivel
Calle El Mirador y 89 Avenida Norte
San Salvador
Tel.: + (503) 2233-8900 ext. 2201
Fax: + (503) 2233-8921

México

Avenida Paseo de la Reforma N° 222
Piso 11 Colonia Juárez
Delegación Cuauhtémoc
México, D.F. 06600
Tel.: + (52 55) 5141-2492

Nicarágua

Boulevard Jean Paul Genie
de la Rotonda Jean Paul Genie
970 mts al oeste (M/D)
Managua
Tel.: + (505) 2264-9180

Paraguai

Quesada 4616 esq. Legión Civil
Extranjera – Piso 1
Asunción
Tel.: + (595 21) 616-2320
Fax: + (595 21) 616-2261

Peru

Calle Dean Valdivia No. 148
Piso 10
Lima 27
Tel.: + (511) 215-7800
Fax: + (511) 442-3466

Uruguai

Rincón 640
11.000 Montevideo
Tel.: + (598) 2915-3696
Fax: + (598) 2916-2607



MIX
Paper from
responsible sources
FSC® C100555



www.iic.org



ISSN 2075-9681